



**MAIS DE 10 MILHÕES DE HABITANTES
BAIANOS VIVEM EM MUNICÍPIOS
COM NÍVEIS SOCIOECONÔMICOS
CONSIDERADOS BAIXOS OU CRÍTICOS**

Págs. 16 e 17

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

**SERRA DO SALTO: UM PARAÍSO
EM RISCO DE EXTINÇÃO PELA
ATIVIDADE MINERÁRIA**



Págs. 42 a 44

**90% dos
estudantes
LGBTI+
brasileiros sofrem
Bullying na Escola,
diz Pesquisa**
Págs. 28 e 29



**MULHERES TRANS:
VIVÊNCIAS, DESAFIOS
E LUTAS POR
REPRESENTATIVIDADE**

Págs. 32 a 34

EDITORIAL

■ **ANTÔNIO LUIZ**
Editor@jornaldosudoeste.com

A discussão sobre anistia não é preocupação dos brasileiros. Brasil tem muito a fazer, e o tempo para agir é agora

Desde que o fantasma da condenação e prisão dos articuladores da tentativa de golpe de Estado, conforme denunciou a Procuradoria Geral da República, liderados pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) avançou com a abertura da Ação Penal no Supremo Tribunal Federal, o debate sobre uma possível anistia que, se efetivada, contrariaria o disposto no Inciso XLIV do Artigo 5º da Constituição Federal e diversas leis infraconstitucionais, como a Lei Federal 14.197/2021, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, tem ocupado espaço no Congresso, mídia e redes sociais, estas, com narrativas fantasiosas e sem credibilidade. Essa pauta envolve principalmente atores políticos e movimentos que participaram de episódios controversos no cenário nacional. Contudo, é fundamental refletir que, embora ganhe espaço nas conversas e manchetes, essa questão parece interessar mais ao ex-presidente Jair Bolsonaro e a seus apoiadores, que defendem projetos autocráticos, do que ao Brasil, que enfrenta desafios diários e prioridades inadiáveis.

O Brasil possui uma agenda extensa e urgente. É preciso avançar na recuperação econômica, fortalecer a Educação, investir em infraestrutura, combater a corrupção de forma definitiva e garantir direitos sociais e ambientais. Essas tarefas demandam foco, consenso e ações concretas, especialmente em um momento de profundas transformações nas relações internacionais, impulsionadas por ações questionáveis de lideranças globais, como o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Distrações com debates que muitas vezes parecem mais alinhados a interesses políticos pessoais do que ao bem-estar da população desviam a atenção do que realmente importa.

A tentativa de transformar a questão da anistia em prioridade nacional acaba por desviar o foco do que é realmente essencial. O Brasil não pode perder tempo com disputas que, embora legítimas em certos contextos, não resolvem os problemas que afetam milhões de brasileiros todos os dias. Em um momento de “desordem global” e “caos sistêmico”, como descreveu o economista italiano Giovanni Arrighi em sua obra-prima ‘O Longo Século XX’, tão atual, é imprescindível que o debate público se concentre em temas que tenham impacto direto na vida da população. A hora é de união, responsabilidade e ações que conduzam o País a um patamar de estabilidade, crescimento e justiça social.

O País tem muitas tarefas pela frente. O tempo não pode ser desperdiçado com discussões pontuais e pessoais de figuras políticas, que muitas vezes buscam apenas destaque ou impunidade. É importante que a Justiça seja firme na responsabilização daqueles que, por desconhecimento ou má-fé, participaram de atos de insurreição, como os acampamentos em frente a Quartéis do Alto Comando do Exército em Brasília e dos Comandos das Regiões Militares nas capitais de Estado, que entre seus desdobramentos teve a tentativa, felizmente frustrada, de explodir um caminhão tanque, na véspera do Natal, nas imediações do Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek (Brasília), e finalmente, na tentativa também fracassada de estabelecer o caos e justificar uma intervenção militar para a Garantia da lei e da Ordem, senha para a ruptura das Instituições, com a ocupação e depredação das sedes dos três Poderes da República, no fatídico 8 de janeiro de 2023, devem ser apuradas com rigor. E que haja bom-senso dos ministros do Supremo Tribunal Federal, sem, no entanto, se afastar do que está normatizado pela legislação vigente, para avaliar, caso a caso, a possibilidade de rever a dosimetria das penas já aplicadas e as que serão definidas, considerando que não há inocentes entre os envolvidos que foram identificados e presos e já julgados ou aguardam julgamento.

Ao mesmo tempo, o debate sobre anistia não deve ocupar o Congresso Nacional, que, muitas vezes, revela-se inoperante. Em vez disso, os parlamentares poderiam dedicar-se a temas que realmente importam para a sociedade, como a conscientização sobre os horrores de uma ditadura, como a que o Brasil experimentou por longos 21 anos, marcada por censura, perseguição, tortura, desaparecimentos e assassinatos dos que eram considerados inimigos do regime. Essas questões, sim, representam uma herança que não pode ser esquecida ou relativizada.

No cenário internacional, o panorama atual é de crescente tensão e conflitos de interesses. A transição de uma ordem unipolar, dominada pelos Estados Unidos, para uma configuração multipolar envolvendo China, Rússia, União Europeia e outros atores, gera disputas de influência. Conflitos armados na Ucrânia, tensões no Oriente Médio e no Mar do Sul da China, além de crises econômicas e sanções, evidenciam a fragilidade da paz mundial. Mudanças climáticas, deterioração de valores democráticos e o aumento de autoritarismos também ameaçam a estabilidade global, incentivando polarizações e aventuras institucionais que dificultam soluções diplomáticas duradouras.

Diante disso, é crucial fortalecer mecanismos de cooperação internacional, promover diálogos diplomáticos e buscar soluções pacíficas. No Brasil, é fundamental compreender a complexidade do momento atual e engajar-se em valores universais que possam superar as crises e promover um cenário mais justo e estável para todos.

Por fim, a maioria dos brasileiros, conforme mostram pesquisas recentes, é contrária à anistia proposta por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, muitos dos quais são influenciados por discursos religiosos e políticos que tentam manipular a opinião pública. Nesse contexto, os parlamentares deveriam concentrar seus esforços em temas que realmente impactam a vida da população, como a crise social, a defesa do Estado de Direito, o enfrentamento da corrupção sistêmica que representa uma ameaça não só à estabilidade institucional, mas, acima de tudo, à segurança e ao bem-estar da população, e a reconstrução de um ambiente de fundamentado em Instituições sólidas e resilientes.

Se o ex-presidente, os militares da ativa e da reserva de alto coturno, empresários e políticos de alta cúpula, além dos que, por ignorância ou má-fé intelectual, que se envolveram direta ou indiretamente na trama frustrada de ruptura das Instituições forem julgados, condenados (tiverem mantidas as condenações já efetivadas) e presos, rigorosamente nada vai mudar no País. No entanto, se as forças políticas não se mobilizarem rapidamente para enfrentar o novo e turbulento mundo que acaba de surgir, o Brasil continuará vulnerável às turbulências de um mundo em transformação acelerada.

Chegou a hora de deixar a Justiça cuidar dos que tramaram contra a democracia e seguir adiante. O Brasil tem muito a fazer, e o tempo para agir é agora

EXPEDIENTE

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> e todos as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação “.jornaldosudoeste.com”, são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE – JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, SI 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283 - (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

Isadora Araújo
Estagiária de Jornalismo (Jovem Aprendiz)

REPORTAGEM
Cássio Silva Bastos – (77) 99919-1997
cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz – (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Gabriela Costa Matias – (77) 99997-5679
Repórter de Área/Vídeo Repórter

Jailton Neri dos Santos
jailtonneri@outlook.com.br

Lucimar Almeida da Silva – (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA

DESIGNER GRÁFICO
Maria Cristiane da Silva
(77)99967-2218
(77) 99872-5389
diagramacao@jornaldosudoeste.com

AUXILIAR/DESIGNER GRÁFICO
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta@jornaldosudoeste.com

COMERCIAL/ATENDIMENTO AO CLIENTE
Maíra Bernardes Pinto
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

REDAÇÃO
(77) 99872-5689
reportagem@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
redacao@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

CONTATO DIRETO – SUGESTÃO DE PAUTAS
(77) 99838-6283
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
reportagem@jornaldosudoeste.com

 jsudoestebahia  www.jornaldosudoeste.com
 jornaldosudoeste  (77) 99872-5389
 @JornaldoSudoestecanaljs  @jornalsudoestebahia

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

ELEIÇÕES 2024

JUSTIÇA ELEITORAL SUSPENDE MANDATO DO VEREADOR RAILAN OLIVEIRA, DE ITUAÇU, POR DENÚNCIA CALUNIOSA COM FINS ELEITORAIS

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

Tradicionalmente, principalmente em cidades do interior, as pré-campanhas e campanhas eleitorais eram — e continuam sendo — alimentadas por panfletos ou denúncias anônimas que, posteriormente, eram reproduzidas em jornais locais ou, atualmente, nas redes sociais. Muitos acreditam erroneamente que, como acontecia anteriormente, seus autores permanecem incógnitos, o que incentivaria práticas de disseminação de fake news, dificultando a proteção do processo eleitoral contra esse tipo de desinformação, apesar de avanços já conquistados.

Desde 4 de junho de 2019, no entanto, quando o então presidente Jair Messias Bolsonaro, ainda filiado ao PSL, hoje União Brasil, sancionou a Lei Federal nº 13.834, o Código Eleitoral (Lei Federal nº 4.737/65) passou a tipificar o crime de denúncia caluniosa com finalidade eleitoral. Essa legislação permite responsabilizar criminalmente quem, durante a pré-campanha ou campanha, ou até fora delas, promover notícias falsas ou criar fatos que possam justificar investigações policiais ou do Ministério Público com a intenção de imputar crime ou contravenção a alguém — mesmo que esses fatos não tenham ocorrido — visando beneficiar-se ou beneficiar (eleitoralmente) aliados, com pena que pode chegar a oito anos de reclusão.

Com o crescimento do uso das redes sociais, especialmente como ferramentas de marketing político, os debates e denúncias tornaram-se mais rápidos e acessíveis, muitas vezes acompanhados de cópias de denúncias infundadas enviadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais. Essa prática pode levar à responsabilização de candidatos e apoiadores, resultando na perda do Registro de Candidatura ou, se já eleitos, na cassação do Diploma e do Mandato.

Com base nesses princípios, o Ministério Público da Bahia, por meio do Promotor Público Eleitoral da 58ª Zona Eleitoral de Ituaçu, Leandro Carvalho Duca Aguiar, apresentou denúncia contra o vereador Railan da Silva Oliveira, eleito pelo União Brasil, por denúncia caluniosa.

Conforme apurado pelo Ministério Público Eleitoral, no dia 9 de setembro de 2024, às 18h00, Railan Oliveira publicou um vídeo em sua conta no Instagram, no qual imputou tentativa de atropelamento ao servidor público Manoel Martins Oliveira, com o propósito evidente voltado para a propaganda eleitoral. No vídeo, Railan Oliveira alegou que tinha sido vítima de uma ação do servidor público Manoel Martins Oliveira, que teria dirigido um carro contra ele. O episódio chegou a ser registrado na Delegacia Territorial de Ituaçu.

Entretanto, as imagens das câmeras de segurança do local demonstraram que o suposto atropelamento não ocorreu. Testemunhas ouvidas também contestaram a denúncia, informando que Manoel Martins Oliveira apenas usou a buzina do carro para alertar Railan Oliveira, que atravessava a rua distraidamente. Assim, ressaltou o Ministério Público Eleitoral, ficou evidente que a denúncia tinha como objetivo gerar tumulto e favorecer a campanha do então candidato a uma cadeira no Legislativo Municipal Railan da Silva Oliveira (UB).

O Ministério Público Eleitoral solicitou a cassação do Registro de Candidatura, do Diploma e, consequentemente, do Mandato de Railan da Silva Oliveira.

Na decisão, proferida no último dia 7 de março, o juiz Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho, da 58ª Zona Eleitoral de Ituaçu, fundamentando-se nas provas apresentadas pelo Ministério Público Eleitoral, condenou Railan da Silva Oliveira a oito meses de detenção e a dois anos de reclusão, em regime



VEREADOR RAILAN DA SILVA OLIVEIRA

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

aberto, além de suspender seus direitos políticos durante o período da condenação. Como consequência, determinou a perda do Mandato Eletivo e ordenou que a Mesa da Câmara Municipal de Ituaçu declare a extinção do Mandato assim que a sentença transitar em julgado.

Advogados Especialistas em Direito Eleitoral ouvidos sob reserva pela reportagem do JS destacaram que a decisão reforça a importância de um ambiente político saudável e transparente, no qual as disputas sejam fundamentadas em propostas e valores, e não em ataques pessoais ou notícias falsas. A disseminação de informações falsas, pontuaram, prejudica não só os indivíduos envolvidos, mas também a confiança pública nas Instituições Democráticas. Para os Especialistas em Direito Eleitoral, a decisão do juiz Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho reafirma o compromisso da Justiça Eleitoral em combater práticas ilícitas que possam comprometer a lisura do processo eleitoral.

Segundo um dos Especialistas ouvidos, espera-se que essa decisão sirva de alerta para a sociedade civil e candidatos, reforçando a necessidade de manter a ética nas campanhas eleitorais.

Outro lado

A reportagem do JS não conseguiu contato com o vereador Railan da Silva Oliveira para que ele pudesse comentar ou contestar a decisão da Justiça Eleitoral. O vereador não atendeu às ligações nem respondeu às mensagens enviadas pelo Aplicativo WhatsApp (73 98179-75).

Nas redes sociais, logo após a publicação da sentença, Railan da Silva Oliveira, afirmou que recorrerá ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Segundo ele, “o juiz (Raimundo Saraiva Barreto Sobrinho) entendeu, na sentença, que eu deveria perder o mandato. Vamos recorrer e ver o que acontece futuramente”, declarou, destacando que o episódio reflete a dinâmica política em Ituaçu. “Quando surge alguém que representa esperança, acontecem situações como essa”, afirmou, reforçando seu papel na Câmara Municipal.

Na mesma postagem, o vereador manifestou que, mesmo com a intenção de recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral, estaria avaliando a possibilidade de renunciar ao Mandato para, caso a decisão seja mantida, evitar que seus adversários políticos comemorem sua cassação como uma vitória.

O espaço continua aberto caso o vereador queira se manifestar.

◦ ELEIÇÕES 2024

Justiça Eleitoral julga improcedente Aije do MDB contra prefeito e vice-prefeita de Palmas de Monte Alto

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



A Justiça Eleitoral considerou improcedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) apresentada pelo Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Palmas de Monte Alto contra o prefeito e a vice-prefeita eleitos em 2024. A decisão foi proferida pelo juiz titular da 175ª Zona Eleitoral de Palmas de Monte Alto, Cidval Santos Souza Filho, no último dia 30 de abril.

Na Ação, o Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro de Palmas de Monte Alto acusou o prefeito e a vice-prefeita eleitos em 2024, respectivamente Marcos Túlio – Tito – Laranjeira e Rosemaura – Rose da Barriguda – Pereira Mesquita Brito, além do ex-prefeito Manoel Rubens Vicente da Cruz, todos do PSD, e o Diretório Municipal do PSD. A acusação refere-se a supostas práticas de captação ilícita de votos (compra de votos), de acordo com o Artigo 41-A da Lei Federal nº 9.504/97; abuso de poder político e econômico, conforme estabelecido no Artigo 22 da Lei Complementar nº 64/90; e condutas proibidas a agentes públicos, regulamentadas pelo Artigo 73, Inciso IV e § 10, da Lei Federal nº 9.504/97. De acordo com a denúncia, durante um evento da campanha eleitoral de 2024 no Bairro Nova Palmas, o então prefeito Manoel Rubens Vicente da Cruz teria se comprometido a pavimentar as ruas da localidade, caso os candidatos que ele apoiava (Marcos Túlio – Tito – Laranjeira Rocha e Rosemaura – Rose da Barriguda – Pereira Mesquita Brito) fossem eleitos.

Por meio da Ação, o MDB requisitou a anulação dos Registros e Diplomas do prefeito e da vice-prefeita eleitos, o que levaria à cassação de seus mandatos. Além disso, solicitou a condenação do ex-prefeito Manoel Rubens Vicente da Cruz e a declaração de sua inelegibilidade pelo período de oito anos.

A defesa dos denunciados argumentou, em síntese, que a promessa de asfaltamento das ruas constitui uma mera promessa de campanha, ato legítimo e inerente ao processo eleitoral. Alegou ainda que não houve, como sugerido pela acusação, captação ilícita de sufrágio, uma vez que faltaria o elemento pessoal, já que a obra beneficiaria toda a população, e não indivíduos específicos. Além disso, afirmou que a denúncia de abuso de poder político ou econômico deveria ser considerada improcedente, pois não houve uso indevido da estrutura administrativa municipal, citando jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral que reconhece como legítimas as promessas genéricas de campanha voltadas à população em geral.

Na decisão, o juiz da 175ª Zona Eleitoral de Palmas de Monte Alto, Cidval Santos Souza Filho, apontou não haver prova robusta capaz de comprovar que a promessa feita (asfaltamento de ruas) configurasse benefício pessoal aos eleitores, requisito necessário para caracterizar a captação ilícita de sufrágios (compra de votos). O magistrado entendeu que se tratou de promessa genérica de campanha, voltada à coletividade, algo permitido dentro do debate político.

Além disso, o juiz Cidval Santos Souza Filho destacou que não ficou comprovado o uso indevido da máquina pública nem a gravidade suficiente para configurar abuso de poder político ou econômico.

A decisão acompanhou o parecer do Ministério Público Eleitoral, que se manifestou pela rejeição dos pedidos.

A sentença ainda pode ser contestada mediante recurso ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA).

Outro lado

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, contato para obter um posicionamento do Diretório Municipal do Movimento Democrático Brasileiro de Palmas de Monte Alto e se há intenção de apresentar Recurso ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

O espaço permanece disponível caso a legenda deseje se manifestar.

ELEIÇÕES 2024

JUSTIÇA ELEITORAL REJEITA AÇÃO QUE BUSCAVA CASSAÇÃO DE JOÃO RICARDO BRASIL MATOS E JOÃO DE ALMEIDA EM PARAMIRIM

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



A Justiça Eleitoral rejeitou uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral que solicitava a cassação dos registros de candidatura e, por consequência, da diplomação e dos mandatos de João Ricardo Brasil Matos (Avante) e João de Almeida (PCdoB), prefeito e vice-prefeito eleitos em 2024 em Paramirim. A decisão proferida no último dia 30 de abril pela juíza Viviane da Conceição Cardoso, titular da 111ª Zona Eleitoral, manteve o resultado das eleições municipais de 2024. O Ministério Público Eleitoral já havia se manifestado favoravelmente à rejeição do pé dido.

O Processo, iniciado ainda durante a campanha eleitoral de 2024, foi movido pelo então candidato Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt (PSD) e pela Coligação “Paramirim Tem Jeito - (PSD/MDB/ Republicanos)”, que alegaram a ocorrência de abuso de poder político e uso indevido da máquina pública por parte dos candidatos eleitos e do então prefeito Gilberto Martins Brito (PSB).

A principal acusação envolvia o suposto excesso de contratações temporárias no ano eleitoral, afrontando o Inciso V do Artigo 73 da Lei Federal 9.504/1997 (Lei das Eleições). Segundo a denúncia, a Administração Municipal teria aumentado artificialmente o número de servidores para cooptar eleitores e beneficiar a campanha dos candidatos João Ricardo Brasil Matos (Avante) e João de Almeida (PCdoB), apoiados pelo então prefeito Gilberto Martins Brito (PSD). Contudo, após análise, a juíza titular da 111ª Zona Eleitoral concluiu que “o aumento no número de contratos temporários foi justificado pela ampliação dos serviços públicos, especialmente na área da Educação e Saúde” e que “não há evidências de que tais contratações tenham sido feitas com fins eleitorais, tampouco de que servidores tenham sido coagidos politicamente”.

A magistrada ressaltou ainda que a caracterização de abuso de poder político ou econômico exige não apenas a comprovação dos atos alegados, mas também a demonstração de sua gravidade e de seu potencial de comprometer a legitimidade do processo eleitoral. “A jurisprudência exige, para a configuração do abuso de poder, uma demonstração inequívoca de desvio de finalidade, o que não se verifica neste caso”, afirmou.

Outro lado

A reportagem do JS contatou, através de suas Assessorias, o ex-prefeito e candidato derrotado nas eleições municipais de 2024, Júlio Bernardo Brito Vieira Bittencourt (PSD), e a Coligação “Paramirim Tem Jeito - (PSD/MDB/ Republicanos)”, para que pudessem comentar a decisão da Juíza titular da 111ª Zona Eleitoral e apontar se teriam ou pretendem ingressar com recurso no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, mas não obteve respostas.

O espaço continua aberto caso queiram se manifestar.



WILSON PEDROSO

Wilson Pedroso é consultor eleitoral e analista político com MBA nas áreas de Gestão e Marketing

O que nos dizem as pesquisas sobre as eleições presidenciais de 2026

Pesquisas divulgadas no decorrer desse mês de abril mostraram dois importantes dados que podem nortear as campanhas presidenciais de 2026. O primeiro deles é que o presidente Lula ganha a preferência do eleitorado e se reeleger em qualquer que seja o cenário de disputa. Ele fica à frente de Jair Bolsonaro, que está inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e de nomes fortes como Michelle Bolsonaro e Tarcísio de Freitas.

O segundo dado, igualmente importante, é que a rejeição de Lula é alta. Quase 52% dos eleitores afirmam que não votariam nele “de jeito nenhum”, sendo que menos de 30% avaliam sua administração como ótima ou boa. A rejeição do presidente aumentou, em comparação com levantamentos anteriores, enquanto a de Jair Bolsonaro reduziu, chegando agora ao índice de 46%.

Se por um Lado Lula enfrenta as maiores taxas de rejeição e seu governo tem baixa aprovação dos brasileiros, como explicar o fato de que vence as eleições em qualquer cenário testado nas pesquisas mais recentes? São vários os motivos que podem explicar esse cenário e a chave para a resposta está, em boa parte, nos cidadãos de ideologia moderada e nos indecisos, fatos das brigas raivosas da polarização radicalizada.

Como aconteceu em 2022, uma parcela do eleitorado indeciso, embora não se sinta representada por nenhum concorrente, tende a escolher um nome para não votar em branco e jogar o voto fora. Nesse panorama, uma parte das pessoas vota naquele candidato que estiver liderando as pesquisas. É o chamado voto útil, que tem se mostrado fator relevante em eleições recentes.

Se as últimas campanhas foram difíceis, no próximo ano teremos algumas situações que complicam ainda mais a vida dos candidatos. No caso de Lula, ele não conseguiu manter a imagem de “salvador da pátria” que construiu entre a opinião pública durante a campanha. As pessoas acreditavam que ele conseguiria realizar um mandato brilhante, com medidas populares importantes em benefício da classe trabalhadora, como ocorreu em sua primeira eleição.

O problema é que em 2003, quando assumiu a presidência pela primeira vez, Lula encontrou uma economia forte. Fernando Henrique Cardoso deixou a bola na marca do pênalti, pronta para o próximo presidente chutar e marcar o gol. O petista soube aproveitar, implantou o Bolsa Família, o Fome Zero, aumentou o salário-mínimo e desenvolveu uma série de ações que resultaram em elevação do PIB, da taxa de empregos, da oferta de crédito, além da redução da inflação e do índice de pobreza. Agora, com mais da metade do atual mandato em curso, o presidente ainda patina, ao passo em que sua rejeição cresce.

Por outro lado, Jair Bolsonaro, seu principal adversário, também se encontra em situação menos favorável. O ex-presidente está inelegível até 2030 e seus possíveis substitutos, Michelle Bolsonaro e Tarcísio de Freitas, não demonstram, pelo menos até aqui, força suficiente para vencer as eleições presidenciais.

Como sempre digo, pesquisas são uma fotografia do exato momento em que são realizadas e ainda temos uma boa caminhada até a campanha eleitoral de 2026. Mas se eu pudesse arriscar um palpite, diria que os candidatos vão encontrar eleitores céticos e ainda mais exigentes e que, mais uma vez, a disputa será acirrada.

◦ ELEIÇÕES 2024

JUSTIÇA ELEITORAL JULGA IMPROCEDENTE AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO ELEITORAL CONTRA EX-PREFEITO E CANDIDATOS DE IGUAÍ

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS
RANULFO JOSÉ MOREIRA (MDB), RONALDO – RONI – MOITINHO DOS SANTOS (PSD) E PÉRICLES FRANCISCO DANTAS RIBEIRO (PSD), DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL DE 2024.

No último dia 12, a Justiça Eleitoral da 146ª Zona Eleitoral - Iguaí concluiu, com decisão pelo indeferimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) proposta pela Coligação “Uma Iguaí Melhor Para Todos” (Avante, DC, Federação PSDB Cidadania e Republicanos) contra Ronaldo – Roni – Moitinho dos Santos (PSD), então prefeito do município, e Péricles Francisco Dantas Ribeiro (PSD) e Ranulfo José Moreira (MDB), candidatos a prefeito e vice-prefeito, respectivamente, derrotados nas eleições municipais de 2024.

Na Ação, a Coligação do prefeito eleito, David César – Dr. Davi – Louzada Álvares Macedo (Avante), denunciava o então prefeito [Ronaldo – Roni – Moitinho dos Santos (PSD)] e os candidatos da Coligação Competência e Trabalho [Péricles Francisco Dantas Ribeiro (PSD) e Ranulfo José Moreira (MDB)], por realizarem práticas ilegais, como abuso de poder econômico, abuso de poder político, corrupção eleitoral e captação ilícita de votos, durante o processo eleitoral de 2024 em Iguaí. A denúncia enfatizava que o então gestor e os candidatos que ele apoiava teriam utilizado recursos financeiros de origem ilícita e realizado ações de influência indevida durante o pleito. Essas supostas irregularidades, conforme alegado, poderiam ter comprometido a legitimidade da eleição e o resultado final.

No entanto, após análise detalhada das provas apresentadas, o juiz titular da 146ª Zona Eleitoral – Iguaí, Deiner Xavier Andrade, concluiu que não há elementos suficientes para sustentar as alegações de abuso de poder ou práticas ilícitas e, por consequência, aplicar, como pleiteado na Ação, as sanções previstas nos Incisos XIV e XVI do Artigo 22 da Lei Complementar 64/90. Conforme o magistrado, os documentos anexados ao Processo apresentam manifestações genéricas, típicas do debate político, sem a gravidade necessária para configurar abuso de poder econômico e político, como alegado na Eleitoral.

A decisão do Juízo da 146ª Zona Eleitoral destacou a importância de se preservar a legalidade e a legitimidade do processo democrático, mas ressaltou que, no caso, as provas foram insuficientes para comprovar as supostas irregularidades.

A defesa do ex-prefeito Ronaldo – Roni – Moitinho dos Santos (PSD), então prefeito do município, e dos ex-candidatos à sucessão municipal de Iguaí, Péricles Francisco Dantas Ribeiro (PSD) e Ranulfo José Moreira (MDB), manifestou-se satisfeita com o resultado, reforçando o compromisso de seus clientes com a transparência e o respeito às normas eleitorais, reforçando que não há, como destacou na sentença do Juiz Eleitoral Deiner Xavier Andrade, uma única prova nos Autos capaz de configurar a gravidade das condutas apontadas como irregulares.

Esta decisão reforça o entendimento de que, na Justiça Eleitoral, a comprovação de irregularidades requer provas concretas e robustas, sendo fundamental para garantir a Justiça e a lisura do processo eleitoral. A população de Iguaí pode agora confiar que o processo eleitoral de 2024 foi analisado com rigor e imparcialidade pelo Juízo da 146ª Zona Eleitoral.

Outro lado

A reportagem do JS não conseguiu contato com as lideranças da Coligação “Uma Iguaí Melhor Para Todos” (Avante, DC, Federação PSDB Cidadania e Republicanos) e o prefeito David César – Dr. Davi – Louzada Álvares Macedo (Avante) para que pudessem comentar a decisão do Juízo da 146ª Zona Eleitoral e apontar se está ou irá avaliar eventuais recursos cabíveis ou se considera a decisão definitiva na esfera eleitoral.

O espaço permanece aberto caso queiram se manifestar.

◦ GESTÃO PÚBLICA

JUSTIÇA FEDERAL DETERMINA QUE PREFEITURA DE ITORORÓ AJUSTE CARGA HORÁRIA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE

FOTO: [HTTPS://BLOGDOEDYY.COM.BR/](https://blogdoedyy.com.br/)

A Juíza Titular da Primeira Vara Cível da Subseção Judiciária Federal de Itabuna, Karine Costa Carlos Rhem da Silva, determinou que a Prefeitura Municipal de Itororó deve adequar a carga horária dos Cirurgiões-Dentistas às determinações da Lei Federal nº 3.999/1961, que estabelece o Piso Salarial da Categoria. Segundo a legislação vigente, o Piso Nacional dos Cirurgiões-Dentistas é de três salários mínimos (R\$ 4.554) para uma jornada semanal de 20 horas, e de seis salários mínimos (R\$ 9.108) para uma jornada de 40 horas semanais.

A decisão foi resultado de uma Ação Civil Pública movida pelo Conselho Regional de Odontologia da Bahia (CRO-BR), que buscava garantir o cumprimento dessas normas. A juíza Karine Costa Carlos Rhem da Silva, encarregada do caso, determinou que a Prefeitura Municipal de Itororó garanta os direitos dos profissionais já contratados, assim como daqueles que futuramente forem admitidos pela Administração Municipal.

A decisão da Justiça Federal, que estipulou uma multa de R\$ 5 mil em caso de descumprimento, segundo um representante da categoria que preferiu não se identificar, ouvido pela reportagem do JS, destaca a necessidade de o poder público seguir as normas vigentes sobre remuneração e carga horária dos profissionais da Saúde. Isso garante, segundo ele, no caso específico de Itororó, o respeito aos direitos dos Cirurgiões-Dentistas e assegura a continuidade de uma Assistência Odontológica de qualidade para a população.

A Prefeitura Municipal de Itororó poderá recorrer da decisão.

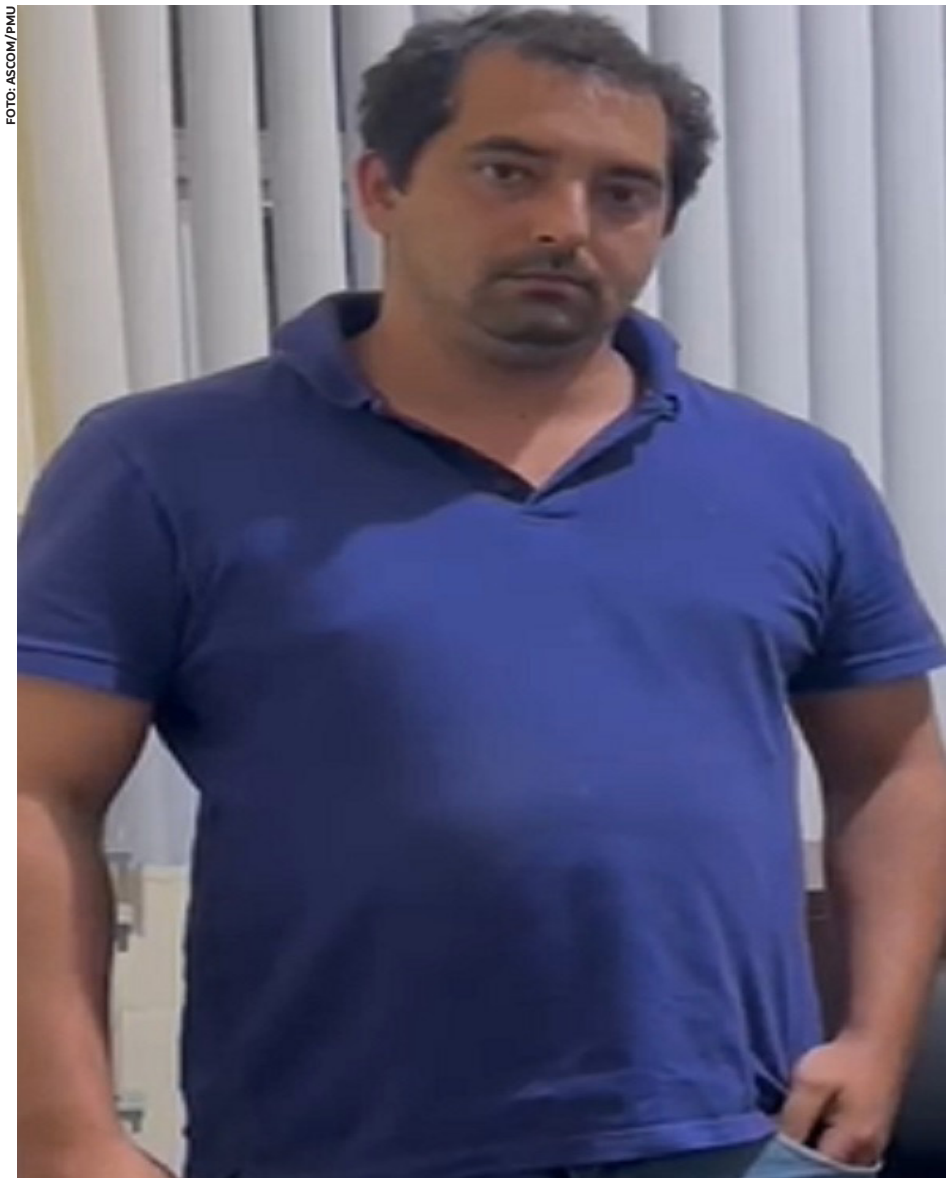
Outro lado

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, contato com a Prefeitura Municipal de Itororó para obter seu posicionamento sobre a decisão da Justiça Federal e as medidas que serão adotadas. O espaço continua aberto caso a Prefeitura Municipal de Itororó queira se manifestar.

CONTAS PÚBLICAS

APESAR DE APONTAR IRREGULARIDADES, TRIBUNAL DE
CONTAS RECOMENDA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2023
DA PREFEITURA DE LICÍNIO DE ALMEIDA

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com



EX-PREFEITO DE LICÍNIO DE ALMEIDA, FREDERICO – DR. FRED – VASCONCELLOS FERREIRA (PCDOB).

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, ao analisar as contas da Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida, de responsabilidade do ex-prefeito Frederico – Dr. Fred – Vasconcellos Ferreira (PCdoB), referente ao exercício financeiro de 2023, identificou diversas irregularidades. No entanto, após avaliação detalhada, a Corte decidiu seguir o voto do relator do Processo no Colegiado, Conselheiro Nelson Vicente Portela Pellegrino, recomendando a aprovação das contas municipais, considerando que os apontamentos não comprometeram a gestão financeira e administrativa do município.

Segundo o relatório divulgado, as irregularidades apontadas incluem questões pontuais relacionadas a aspectos formais e de execução orçamentária, mas que não representam prejuízo ou risco significativo às finanças públicas. Foram destacadas as seguintes irregularidades: baixa arrecadação da Dívida Ativa, que representou apenas 3,11% do estoque escriturado em 2022 (R\$ 1.640.081,29); existência de déficit orçamentário, contrariando o princípio do equilíbrio entre receitas e despesas previsto no Parágrafo 1º do Artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00); ausência de comprovação de adoção de medidas de cobranças de multas e ressarcimentos imputados pela Corte de Contas; e impropriedades identificadas nos Demonstrativos Contábeis. Os Auditores da 7ª Inspeção Regional de Controle Externo do Tribunal destacaram e a Corte recomendou a necessidade de melhorias na gestão para regularizar as pendências identificadas e prevenir futuras irregularidades.

Em razão das irregularidades apontadas, a Corte de Contas determinou a aplicação de uma multa ao ex-prefeito Frederico Vasconcellos Ferreira no valor de R\$ 1 mil, que deverá ser paga com recursos próprios.

Outro lado

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, ouvir o ex-prefeito Frederico Vasconcellos Ferreira (PCdoB), através de mensagem e texto no Aplicativo WhatsApp (77 9105-**05), para que ele pudesse comentar e contraditar as observações feitas pelo tribunal de Contas dos municípios em relação às irregularidades identificadas na prestação das contas da Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida, referentes ao exercício financeiro de 2023 e a multa arbitrada pela Corte.

O espaço permanece aberto, caso o ex-gestor queira se manifestar.

◦ CONTAS PÚBLICAS



MESMO APONTANDO IRREGULARIDADES, TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS APROVA AS CONTAS DE 2023 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATU

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia emitiu Parecer Prévio favorável com ressalvas às contas da Prefeitura Municipal de Aracatu, relativas ao exercício de 2023. A decisão foi tomada durante sessão realizada no último dia 20 sob relatoria do Conselheiro Ronaldo Nascimento de Sant'Anna.

Embora o Parecer Prévio indique recomendação pela aprovação, ele aponta diversas irregularidades e fragilidades na gestão pública do município em 2023, exigindo recomendações e determinações formais ao Executivo Municipal.

Dentre os aspectos positivos, o Relatório do Conselheiro Ronaldo Nascimento de Sant'Anna apontou que a Administração da prefeita Braulina Lima Silva (PV) cumpriu as obrigações constitucionais e legais, aplicando 29,24% dos impostos e transferências constitucionais na Educação (superando o mínimo de 25%) e 21,17% na Saúde (também acima do mínimo de 15%). As despesas com pessoal totalizaram 40,51% da receita corrente líquida, dentro do limite de 54% estabelecido pela Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Além disso, a Administração Municipal aplicou 78,51% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no pagamento de profissionais do Magistério, atendendo ao mínimo de 70% exigido.

Por outro lado, o relator ressaltou irregularidades como déficit orçamentário; falta de recursos para cobrir despesas de curto prazo e empenhadas, lançadas como "Restos a Pagar"; não aplicação do percentual mínimo de 15% dos recursos provenientes da complementação do Valor Anual por Aluno (Vaat); além da omissão na cobrança de ressarcimentos imputados a agentes políticos do município.

Devido às ressalvas, o Conselheiro Ronaldo Nascimento de Sant'Anna determinou a aplicação de multa de R\$ 5 mil à gestora, decisão acompanhada pelos demais membros do Colegiado de Contas.

A prefeita poderá recorrer da decisão.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA

Outro Lado

Em resposta à contato feito pela reportagem do JS, por meio de mensagem de texto no Aplicativo WhatsApp (77 9 8104-**48), a prefeita Braulina Lima Silva (PV) destacou que a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas dos Municípios representa a reafirmação do compromisso da gestão com a transparência, eficiência e responsabilidade.

Em relação às irregularidades identificadas pela Corte de Contas, que justificaram a recomendação para aprovação com ressalvas das contas, a prefeita ressaltou que não foram de maior gravidade, mas de caráter formal que não comprometeram a regularidade das finanças públicas do município, merecendo, apenas, recomendações que já estão sendo analisadas para serem corrigidas. “As considerações ou observações feitas (pelo Tribunal de Contas dos Municípios) durante o processo de julgamento, não tiveram peso para macular e influenciar a decisão final”, afirmou a gestora..

A prefeita reforça que o déficit orçamentário apontado pela Corte de Contas já havia sido justificado no processo. Segundo a gestora, “as despesas liquidadas superaram as receitas orçamentárias arrecadadas, devido à utilização parcial, em 2023, do saldo financeiro do Exercício Anterior (R\$ 4.318.126,22), o que explica o déficit registrado no balanço”, disse, acrescentando que no exercício de 2023 “também ocorreram frustração de receitas de convênios por parte do Governo Federal (parcelas que sofreram atrasos)”.

A prefeita Braulina Lima Silva explicou o não cumprimento do percentual mínimo de recursos estabelecido na legislação vigente para a complementação do Valor Anual Total por Aluno (VAAT), conforme apontado pelo Colegiado de Contas. Segundo ela, o descumprimento ocorreu devido à destinação de mais de 70% dos recursos para a remuneração dos profissionais da Educação, atendendo a uma demanda destacada em 2023 pelo pagamento do Piso do Magistério.

A prefeita também abordou a observação dos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios sobre a cobrança de ressarcimentos devidos por agentes políticos do município. Segundo ela, alguns ex-prefeitos foram acionados administrativamente para quitar valores referentes a ressarcimentos ou multas impostas pelo Colegiado de Contas durante suas gestões. A prefeita acrescentou que, para reforçar a cobrança, o município pretende judicializar essas dívidas.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

“

“Considerando todos os esclarecimentos fornecidos e reafirmando que a nossa Administração tem conduzido suas ações e a gestão dos recursos públicos com responsabilidade, seriedade e transparência, comunicamos que tomaremos todas as providências necessárias para realizar as adequações solicitadas e que recorreremos à penalidade imposta pela Corte de Contas”

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro - 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR

◦ Legislativo Municipal

STF AFASTA PRESIDENTE DA CÂMARA DE CACULÉ POR VIOLAR JURISPRUDÊNCIA SOBRE REELEIÇÃO DE DIRIGENTES LEGISLATIVOS

DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Em uma decisão importante, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, na quinta-feira (22), o afastamento imediato do presidente da Câmara Municipal de Caculé, vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB), em decorrência de violações às regras estabelecidas por decisões anteriores da Corte acerca da reeleição para o terceiro mandato na direção dos Legislativos Municipais. A medida foi adotada em resposta ao Mandado de Segurança apresentado pelo vereador Paulo Henrique da Silva (UB), líder da bancada de oposição na Câmara Municipal de Caculé. O vereador contestou uma decisão do Tribunal de Justiça da Bahia que negou seu pedido, desconsiderando o entendimento jurídico acerca da legalidade da reeleição do vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB) para um terceiro mandato consecutivo na presidência da Mesa Diretora da Câmara.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

O VEREADOR JEOVANE CARLOS TEIXEIRA COSTA FOI AFASTADO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACULÉ PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O entendimento do Supremo Tribunal Federal, reforçado por decisões anteriores, estabelece que a reeleição para um terceiro mandato na presidência de Câmaras Municipais viola princípios de alternância e limitação de mandatos, considerados essenciais para a democracia e o funcionamento equilibrado do Poder Legislativo. O órgão máximo do Judiciário destacou que a prática de reeleição contínua prejudica a representatividade e a renovação política, além de configurar afronta às normas internas das Casas Legislativas e ao entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, oficializada pelo ministro Alexandre de Moraes, surgiu em decorrência de recursos e questionamentos levantados pela oposição na Casa Legislativa, liderada pelo vereador Paulo Henrique da Silva (UB),

protocolados na Justiça local e, posteriormente, no Tribunal de Justiça da Bahia, que foram indeferidos, apontando irregularidades na condução do processo de reeleição na Câmara Municipal de Caculé. O ministro Alexandre de Moraes, em sua decisão liminar em caráter de urgência até o julgamento final da Reclamação, determinou o afastamento imediato do vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa e demais membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caculé, enfatizando a importância de respeitar as jurisprudências anteriores e as normas estabelecidas para assegurar a legitimidade das ações dos representantes legislativos.

Como o afastamento do presidente, a Mesa Diretora da Câmara Municipal deverá tomar as providências necessárias para a eleição de um novo presidente, em conformidade com as normas internas e as orientações jurídicas.

Especialistas ouvidos pelo JS destacam que a decisão do Supremo Tribunal Federal reforça o compromisso com a legalidade e a transparência na gestão pública municipal, além de consolidar o entendimento de que a reeleição para terceiros mandatos (nas Mesas Diretoras dos Legislativos Estaduais e Municipais) deve seguir critérios rígidos e de acordo com a legislação vigente.

A medida é vista como um precedente importante para o fortalecimento do Estado de Direito e o respeito às normas democráticas no âmbito das Administrações Municipais.

Até o fechamento desta edição a Câmara Municipal de Caculé não havia oficializado quem assumirá interinamente até que nova eleição seja realizada.

Outro Lado

Ouvido pela reportagem do JS, por meio de mensagem de texto pelo Aplicativo WhatsApp (77 98113-**04), o vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB), demonstrando serenidade, anunciou que, por considerar que o argumento do ministro Alexandre de Moraes para justificar que a sua reeleição para um terceiro mandato na presidência da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Caculé viola jurisprudências anteriores e normas estabelecidas pela Corte, foi unilateral e, por isso, como não é uma matéria pacificada pelo Tribunal, ele pretende recorrer para que decisão (do ministro Alexandre de Moraes) seja submetida ao colegiado da Corte, buscando uma análise mais aprofundada do caso seja avaliada pelo Pleno do Tribunal, garantindo o direito de defesa e o entendimento de que sua reeleição está dentro dos limites estabelecidos pelas normas legais vigentes..

O vereador Jeovane Carlos Teixeira Costa (PSB) concluiu apontando que vai aguardar a análise do recurso e reforça seu compromisso de buscar uma solução que respeite a legislação e os princípios democráticos.

Corrija o JS.

Encontrou um erro no JS,
por favor, nos corrija,
envie um e-mail para:

erramos@jornaldosudoeste.com

Nos ajude a continuar trabalhando com
transparência e credibilidade

www.jornaldosudoeste.com

○ FINANÇAS PÚBLICAS/EDUCAÇÃO

Correntina enfrenta perda de até R\$ 15 milhões na área de Educação devido à omissão de dados no Sistema do Fnde entre 2022 e 2024

■ LUCIMAR ALMEIDA *
lucimaralmeidajs@gmail.com

A Prefeitura Municipal de Correntina anunciou na segunda-feira (19) que o município foi excluído das complementações federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2025. A causa dessa exclusão foi a não atualização do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) por três anos consecutivos, de 2022 a 2024, na gestão do ex-prefeito Nilson José – Maguila – Rodrigues (PCdoB).

Essa negligência resultou na inabilitação de Correntina para receber a complementação VAAT (Valor Aluno Ano Total), gerando um prejuízo estimado entre R\$ 10 milhões e R\$ 15 milhões, que poderiam ter sido investidos na rede municipal de Educação.

O Siope é o Sistema oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, utilizado por todos os municípios brasileiros para registrar a aplicação dos recursos destinados à Educação. Sem o envio dessas

informações, a União entende que o município não está apto a receber recursos complementares, como as parcelas do VAAT (Valor Aluno Ano Total), mecanismo criado para reduzir desigualdades educacionais entre regiões.

Conforme informado pelo Fnde, a Prefeitura Municipal de Correntina deixou de enviar os dados obrigatórios nos anos de 2022, 2023 e 2024, resultando automaticamente na sua exclusão do recebimento do VAAT em 2025.

Segundo a Prefeitura Municipal de Correntina, a perda desses recursos comprometerá melhorias essenciais na Educação Municipal, como Transporte Escolar, Alimentação, Manutenção das Escolas, Capacitação de Professores e aquisição de Materiais Pedagógicos.

A atual Administração Municipal calcula que, com esse montante, seria possível construir até três Escolas de Porte Médio, garantir mais de 300 mil refeições escolares e cobrir o transporte de todos os estudantes da zona rural ao longo do ano letivo. Além disso, esses recursos poderiam financiar um Programa de Formação Continuada para Professores, com mais de 200 horas de capacitação pedagógica para toda a equipe docente da rede municipal.

“O que ocorreu não foi apenas uma falha burocrática, mas uma omissão com efeitos concretos na vida dos estudantes e na qualidade do Ensino”, afirmou a Nota oficial da Prefeitura Municipal de Correntina.

Durante o período eleitoral de 2024, setores do grupo liderado pelo então prefeito Nilson José – Maguila – Rodrigues (PCdoB),m hoje na oposição, chegaram a dizer que a exclusão do VAAT apontaria para uma boa situação fiscal do município. A atual gestão municipal refuta essa interpretação e reforça que ela não possui respaldo legal. “O não recebimento do VAAT não é mérito de gestão, mas uma falha de gestão”, destaca a atual Administração Municipal, ressaltando que a exclusão aconteceu exclusivamente por omissão na alimentação do Siope, e não por excesso de arrecadação ou autonomia financeira.

Recuperação

Desde janeiro de 2025, a nova gestão municipal, segundo a Nota Oficial divulgada, vem trabalhando para reverter esse quadro. Entre as ações já em andamento estão a reativação do acesso ao Siope, o envio retroativo dos dados, a elaboração de um Cronograma Técnico de Regularização e o fortalecimento do diálogo institucional com o Fnde e o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb.

“Correntina ficou para trás por três anos, mas não podemos permitir que isso continue. Estamos atualizando os registros e reconstruindo a confiança institucional para que o município volte a receber tudo a que tem direito”, afirmou o secretário municipal de Educação, Carlos Clériston Mota dos Santos.

A Prefeitura Municipal de Correntina reafirmou seu compromisso com a transparência e garantiu que continuará prestando contas aos órgãos de controle, como o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, a Câmara Municipal e o Ministério Público. Com o Processo de Regularização em andamento, a expectativa é que Correntina possa se habilitar novamente para o recebimento do VAAT em 2026.



Outro lado

A reportagem do JS não conseguiu contato com o ex-prefeito Nilson José – Maguila – Rodrigues (PCdoB) e a ex-secretária municipal de Educação, Vanuzia Dias Barbosa, para que pudessem comentar e contraditar as informações divulgadas pela atual Administração Municipal de Correntina.

O espaço continua aberto, caso queiram se manifestar.

○ SANEAMENTO BÁSICO

Prefeitura de Cândido Sales e Embasa devem regularizar Plano de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário após decisão judicial

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



FOTO: REPRODUÇÃO/ REDES SOCIAIS

A Prefeitura Municipal de Cândido Sales e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia, deverão atualizar e regularizar o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do município, atendendo aos requisitos legais, conforme determinação judicial emitida em 30 de abril último. A decisão foi tomada em resposta a uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente, sediada em Vitória da Conquista, representada pela Promotora de Justiça Karina Gomes Cherubini.

De acordo com a Ação, o município de Cândido Sales possui um Plano de Abastecimento desatualizado, que não garante o fornecimento de água suficiente à população, além de apresentar deficiência em Projetos e Infraestrutura Operacional de Esgotamento Sanitário.

O prazo estabelecido é de 180 dias para a atualização do Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, bem como para o início do procedimento licitatório voltado à contratação das obras e serviços necessários à implantação do Sistema Público de Esgotamento de Cândido Sales.

A Justiça também determinou que, enquanto o Sistema de Esgotamento não for implementado, a Prefeitura Municipal de Cândido Sales e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) deverão fiscalizar o lançamento de efluentes, exigindo o uso de fossas sépticas ou outras soluções individuais adequadas, de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

Outro lado

A reportagem do JS fez contato com o prefeito de Cândida Sales, Maurílio – Dr. Maurílio – Lemos das Virgens (PSD) e com o Escritório Regional de Vitória da Conquista da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), através do Aplicativo WhatsApp (respectivamente 77 98868-**68 e 71 99717-**99), para que pudessem comentar a decisão da Justiça, mas não obtivemos resposta.

O espaço está aberto, caso o gestor e a autarquia estadual queiram se manifestar.

○ ÍNDICE MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Mais de 10 milhões de habitantes baianos vivem em municípios com níveis socioeconômicos considerados baixos ou críticos

Paratinga e Sítio do Mato estão entre as cinco cidades com as piores avaliações na Bahia. Em contrapartida, Brumado se destaca como uma das três cidades do Estado com desenvolvimento moderado.

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Um levantamento realizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que utilizou dados oficiais de 2023 referentes a Emprego, Renda, Saúde e Educação nos 5.570 municípios brasileiros, divulgado no dia 8, revelou que 57 milhões de brasileiros residem em localidades com baixo ou crítico desenvolvimento. Na Bahia, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) aponta que 95,4% dos municípios – somando aproximadamente 10,4 milhões de habitantes, o que equivale a 70,5% do total estadual – apresentam níveis socioeconômicos classificados como baixos ou críticos. Essa proporção corresponde a quase 18% de toda a população brasileira nessas condições. Entre as cidades mais afetadas estão Paratinga e Sítio do Mato, que figuram entre as cinco com as menores notas no Índice.

Na análise absoluta, a Bahia lidera o ranking nacional em número de pessoas vivendo em municípios nessas condições, embora, em termos percentuais, ocupe a quarta colocação entre os Estados. O Amapá lidera esse ranking, com 100% da população residente em regiões de baixo ou crítico desenvolvimento socioeconômico. Seguem Maranhão (77,6%) e Pará (72,4%).



FOTO: LAY AMORIM / BLOG ACHIE SUDOESTE

Brumado está entre os três municípios baianos mais bem avaliados com desenvolvimento moderado no Índice Firjan.

Por outro lado, Brumado é uma das três cidades com avaliação mais elevada, enquanto a capital, Salvador, ocupa a 7ª posição no Índice. Ainda assim, nenhum município baiano alcança classificação de alto desenvolvimento.

De acordo com Marcio Felipe Afonso, Especialista em Estudos Econômicos da Firjan, é fundamental considerar múltiplos indicadores para compreender as causas dos resultados negativos na Bahia. “O IFDM avalia aspectos relacionados ao Mercado de Trabalho, Educação e Saúde. O resultado final reflete a combinação desses fatores”, explica.

Exemplos dessa situação incluem o acesso a Programas de Apoio ao Parto: na Bahia, menos de 80% das gestantes têm acesso ao pré-natal, enquanto no Ceará essa taxa sobe para 87%. Quanto ao atendimento médico, o Estado também apresenta dificuldades, com menos de um profissional de Saúde por mil habitantes, em comparação ao Distrito Federal, que possui cerca de quatro médicos por mil habitantes.

Na área da Educação, a Bahia tem uma média de 50% dos professores com formação adequada à disciplina que ministram, enquanto Estados como o Espírito Santo atingem até 80%. No que diz respeito à oferta de Creches para crianças até 3 anos, o índice na Bahia é de 35%, abaixo do mínimo recomendado de 50%.

“É inadmissível que, mesmo com avanços recentes, o Brasil ainda apresente tamanha desigualdade. Por meio do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, podemos evidenciar a situação crítica de muitas cidades que enfrentam carências de profissionais de Saúde, baixa diversificação econômica – sendo sete em cada dez empregos formais vinculados à Administração Pública – e pouco desenvolvimento na Educação”, avalia Luiz César Caetano, presidente da Firjan.

Ele complementa: “Nossas análises indicam que as cidades em situação crítica, em média, estão com mais de 20 anos de atraso em relação às mais desenvolvidas no país. Parece que uma parte dos brasileiros ainda vive no século passado”.

Impacto na vida local

Em Paratinga, município com cerca de 30.671 habitantes, a maior parte da população enfrenta dificuldades para encontrar alternativas econômicas diante do atraso e da falta de investimentos. Moradores relatam que a cidade não oferece oportunidades de emprego, dependendo principalmente do comércio e da Prefeitura Municipal. Essa situação leva muitos jovens a migrar para outras cidades do Estado ou de outros Estados em busca de melhores condições de vida.

Além disso, há queixas recorrentes relacionadas aos Serviços de Saúde e Educação. Na área da Saúde Pública, por exemplo, apesar de contar com atendimento em diversas Especialidades no Hospital Municipal Semiromis Alves Brandão, bem como na Unidade de Pronto Atendimento 24 Horas (UPA) e nas Unidades de Saúde da Família, a estrutura é insuficiente para atender toda a demanda da comunidade.



Paratinga está entre as cinco cidades baianas com desenvolvimento municipal crítico no Índice Municipal de Desenvolvimento Municipal.

Contexto nacional

Os dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal mostram que, apesar dos avanços registrados na última década, 47,3% (2.625 municípios) ainda apresentam níveis socioeconômicos baixos ou críticos, atendendo cerca de 57 milhões de pessoas. Os municípios classificados como de desenvolvimento moderado representam 48,1% (2.669 cidades), enquanto apenas 4,6% (256) atingem alto nível de desenvolvimento. Entre os mais bem avaliados estão Águas de São Pedro (SP), São Caetano do Sul (SP) e Curitiba (PR).

Desde 2013, quando a coleta de dados começou, 99% dos municípios apresentaram evolução no índice geral do IFDM, cujo valor médio nacional subiu de 0,2966 para 0,4920, indicando uma mudança de classificação de desenvolvimento crítico para moderado.

Os maiores avanços ocorreram na variável Educação (+52,1%), que passou de 0,4166 em 2013 para 0,6335 em 2023, consolidando-se como o componente com melhor desempenho. Saúde também evoluiu significativamente (+29,8%), enquanto Emprego e Renda tiveram crescimento menor (+12,1%), mas que já vinha se recuperando após a pandemia da Covid-19. Como consequência, o número de municípios classificados como críticos caiu de 1.978 em 2013 para 249 em 2023, uma redução de 87,4%.

Jonathas Goulart, Gerente de Estudos Econômicos da Firjan, reforça que todas as regiões ainda possuem cidades em situação crítica, sendo o Norte e o Nordeste as mais afetadas. Ele destaca que o estudo fornece subsídios importantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e equitativas.

Dependência de recursos

A distribuição dos municípios brasileiros pelo Nível de Desenvolvimento no Índice de Emprego e Renda revela um cenário heterogêneo. Enquanto 20,3% das cidades apresentam alto nível nessa dimensão, cerca de 25,2% enfrentam condições críticas no mercado de trabalho.

O IFDM avalia fatores como geração de empregos, distribuição de renda, diversidade econômica, taxa de desemprego, PIB per capita e participação dos salários na produção total. Em municípios com desenvolvimento crítico, apenas 9,3% da população adulta possui vínculo de emprego formal, contra 39,4% nas cidades de alto desenvolvimento.

A baixa diversificação econômica também é evidente na alta dependência do Setor Público: nessas cidades, quase sete em cada dez empregos formais (67,9%) estão vinculados à Administração Pública, enquanto nas mais desenvolvidas esse percentual é de apenas 10,6%.

O Índice Firjan na Bahia

O estudo, elaborado pela Firjan com base em dados de 2023, analisou 5.550 municípios, cobrindo quase toda a população brasileira. A classificação do índice varia de 0 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam maior nível de desenvolvimento socioeconômico. As categorias são: desenvolvimento crítico (0 a 0,4), baixo (0,4 a 0,6), moderado (0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1).

Desde 2013, a média do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Bahia aumentou de 0,2966 para 0,4920, refletindo uma melhoria significativa. Os principais fatores dessa evolução foram avanços em Educação (+130,9%), Saúde (+69,2%) e Emprego e Renda (+22,6%).



FÁBIO E. DOOSE

Fábio E. Doose é Babàlorisá do Àṣe Terra de Caboclo na cidade de Rio de Contas/BA, sendo também conhecido como Bábálawô Oládiméji Elebuibon; Possui dois títulos de Doutorado Honoris Causa, pela Faculdade Formação Brasileira e Internacional de Capelania a Ordem dos Capelães do Brasil e das faculdades FACETEN/FACTEFERJ e ASBRAC, (Instagram: @aseterradecaboclo)

Ojú Èmí: O Olhar da Alma Ancestral

A Relação dos Orixás com a Natureza na Cosmovisão do Candomblé

Dentro da cosmovisão do Candomblé, os Orixás são muito mais do que divindades; eles representam as forças vivas da natureza, personificando elementos essenciais do mundo natural. Cada Orixá está diretamente ligado a aspectos específicos da natureza, como rios, florestas, ventos e montanhas, e essas conexões refletem uma compreensão profunda de que a natureza é sagrada e que os seres humanos devem viver em harmonia com ela.

Por exemplo, Iemanjá, uma das divindades mais conhecidas, está associada ao mar e às águas. Ela simboliza a fertilidade, a proteção e a renovação, sendo considerada a mãe que cuida e gera vida nas águas. Oxóssi, por sua vez, é o Orixá da floresta e da caça, simbolizando a abundância e a prosperidade. Ele é visto como o protetor dos recursos naturais, daqueles que buscam sustento na terra e nas florestas. Ogum, o senhor das estradas e dos metais, representa a força, a coragem e a determinação. Ele é associado às aquelas energias que nos movem para superar obstáculos e seguir em frente, como o ferro que molda as ferramentas e a energia que transforma o mundo.

Esses Orixás, longe de serem apenas figuras mitológicas, são considerados entidades vivas e ativas, que interagem diretamente com os seres humanos. Eles não apenas influenciam a vida dos indivíduos, mas também os protegem e os orientam em suas jornadas espirituais e cotidianas. A presença dos Orixás é constante na vida dos praticantes, sendo sentida nas forças da natureza e em suas manifestações divinas.

Nos rituais do Candomblé, essa relação com a natureza é exaltada de maneira simbólica e prática. Os elementos naturais, como folhas, pedras, água e alimentos, são usados com respeito e reverência, como uma forma de agradecimento pelas dádivas da terra. Esses elementos não são apenas objetos, mas partes essenciais da conexão espiritual com os Orixás. Além disso, os locais sagrados, como rios, cachoeiras, florestas e montanhas, são espaços de culto onde se busca equilíbrio e renovação espiritual. Esses locais são entendidos como pontos de contato direto com as forças divinas da natureza, e são tratados com o máximo respeito e devoção.

A relação dos Orixás com a natureza também traz uma lição importante sobre o meio ambiente. Para os praticantes do Candomblé, a natureza não é vista como um recurso a ser explorado, mas como uma extensão do divino, um reflexo da energia cósmica que rege o universo. Dessa forma, o respeito pelo meio ambiente se torna um valor fundamental, pois cuidar da natureza é, na verdade, cuidar das próprias forças divinas que sustentam a vida. O Candomblé nos convida a refletir sobre a interdependência entre todos os seres e a importância de preservar o mundo natural, reconhecendo que a destruição da natureza afeta não apenas o meio ambiente, mas também o equilíbrio espiritual dos indivíduos.

Portanto, a relação dos Orixás com a natureza dentro da cosmovisão do Candomblé é uma celebração da interconexão entre o humano e o divino. Ao honrar os Orixás e os elementos naturais, os praticantes do Candomblé nos ensinam que a preservação do meio ambiente é, acima de tudo, uma prática espiritual. Ao cuidar da terra, das águas e do ar, estamos cuidando das forças que nos alimentam e nos sustentam espiritualmente.

INFRAESTRUTURA

Investimentos em infraestrutura promovem a transformação da região central de Igaporã

Os investimentos em infraestrutura executados em parceria com o Governo do Estado estão promovendo uma transformação significativa na área central de Igaporã, impulsionando o desenvolvimento e melhorando a qualidade de vida da população.

LUCIMAR ALMEIDA
lucimaralmeidajs@gmail.com



Diversas praças e vias públicas na área central de Igaporã passaram por uma significativa transformação, impactando positivamente o cotidiano da cidade e de seus moradores. Essa conquista faz parte de um esforço bem-sucedido nos primeiros cinco meses da quarta gestão do prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT) à frente da Prefeitura Municipal. As obras de pavimentação asfáltica em espaços públicos foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia, depois de reiteradas reivindicação feitas pelo prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT). Foram beneficiadas com as intervenções duas Praças (Otávio Mangabeira e Bernardo de Brito) e seis ruas (Professor Waldir Cardoso, Sete de Setembro, Coronel Augusto, 2 de Julho, Irmãos Ribeiro e 15 de Novembro). O prefeito Newton Francisco destacou que esses investimentos refletem uma Administração responsável, participativa e transparente. “Nossa gestão planeja de forma cuidadosa para que os recursos públicos sejam distribuídos de maneira igualitária entre a sede e a zona rural, beneficiando toda a população, pois nossa missão é cuidar das pessoas”, afirmou. Além disso, ele ressaltou que o diálogo constante com os Governos Estadual e Federal tem permitido não apenas firmar parcerias essenciais, mas garantir novos investimentos para o município. O chefe do Executivo também anunciou que está buscando junto ao governador Jerônimo Rodrigues a autorização para que a Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia possa executar novos serviços de pavimentação asfáltica na cidade, desta vez para beneficiar as Ruas Sargento Valne Fagundes, que conecta o centro da cidade ao Hospital Municipal José Olinto Cotrim, e a Dr. João Arcanjo Filho (Rua do Assaí), que também faz ligação entre o Hospital Municipal e o centro urbano.



“Trabalhamos incansavelmente, mesmo diante das dificuldades, para manter o equilíbrio das contas públicas e a capacidade de investimento da Prefeitura, permitindo novas melhorias para Igaporã”, afirmou o prefeito. Ele destacou que esse esforço para promover o desenvolvimento econômico e social do município tem contado com o apoio fundamental da Câmara Municipal e, principalmente, da população igaporense. O prefeito concluiu reforçando o compromisso trabalhar incansavelmente para superar desafios, garantir melhores serviços e proporcionar uma maior qualidade de vida à população

CRISE



CRISE NA UNACON COLOCA EM RISCO O TRATAMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS EM 43 MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DE CAETITÉ

■ **DA REDAÇÃO ***
redacao@jornaldosudoeste.com

Implantada no Hospital Municipal Dr. Ricardo de Tadeua Ladeia, de Caetité, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, em agosto de 2019, a partir de convênio celebrado com a Prefeitura Municipal, pelo então prefeito Aldo Ricardo Cardoso Gondim, a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), para atender pacientes oncológicos de quarenta e três municípios da macrorregião, que até fevereiro último vinha sendo administrada pela Fundação Terra Mãe, Organização Social de Saúde concessionária dos serviços, que já enfrentava sérios problemas financeiros, acarretando inclusive no atraso de pagamentos de salários a servidores e prestadores de serviços, além do desabastecimento de insumos, continua enfrentando dificuldades, mesmo depois que a Administração do prefeito Valtécio Aguiar Neves (PDT) acionou a Justiça e articulou junto ao Governo do Estado a intervenção e reassumiu a gestão do Hospital Municipal Dr. Ricardo de Tadeu Ladeia e da Unacon, que posteriormente foi novamente terceirizada, passando a ser gerida pelo Instituto ProVida.

Com a mudança na gestão, no entanto, pouco ou quase nada mudou. A situação continuou caótica e diversas denúncias foram feitas por servidores, sob reserva, apontando que a situação financeira estava se deteriorando, os salários continuavam atrasados e já haviam reflexos negativos na oferta de serviços, causando graves prejuízos – inclusive a suspensão de Quimioterapias – aos pacientes oncológicos dos municípios pactuados, contrariando o discurso oficial do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, de que a transição estaria sendo acompanhada e que o suporte necessário estaria sendo prestado à Administração Municipal para minimizar os impactos para os pacientes oncológicos e demais usuários da Unidade Hospitalar.

Quatro meses depois da intervenção e mudança da empresa gestora, com os serviços ainda não totalmente normalizados, os pacientes oncológicos dos municípios pactuados continuam sendo penalizados, alguns, inclusive, conforme denúncias, tendo tratamentos de Quimioterapia, considerados estratégicos para o manejo da doença, suspensos ou realizados sem obedecer aos prazos prescritos. Segundo profissionais de Saúde, a interrupção ou não realização de maneira adequada do tratamento quimioterápico, além de reduzir sua eficácia e, por consequência a expectativa de vida dos pacientes, aumenta o risco do agravamento da doença ou de sua recidiva.

Na última semana, o caos no atendimento na Unidade foi mote para um pronunciamento do vereador oposicionista Rodrigo Júnior Lima Gondim (UB), que usou a tribuna da Câmara Municipal de Caetité, durante sessão ordinária, e compartilhou vídeo nas redes sociais, destacando o caos instalado na Unacon e apontando o prefeito do município, Valtécio Neves Aguiar (PDT), como responsável direto pela situação que tem colocado em risco a vida de pacientes de Caetité e dos municípios da macrorregião. Segundo o vereador, o prefeito teria, de forma truculenta, sustentado que os problemas enfrentados pela Unidade de Saúde seriam única e exclusivamente da empresa gestora (Fundação Terra Mãe) e, ingressado com Ação na Justiça e convencido o Governo do Estado a intervir para que pudesse reassumir a gestão e repassá-la a outra empresa.

De acordo com Rodrigo Gondim (UB), passados mais noventa dias de gestão da nova terceirizada, Instituto ProVida, “o resultado é um desastre”. O vereador prosseguiu ressaltando que a Unacon chegou a uma situação crítica e corre o risco de fechar as portas. Ressaltou ainda que o prefeito teria sido e estaria sendo alertado da situação, mas tem ignorado e, com sua omissão, irresponsavelmente colocado em risco a vida de diversos pacientes.

Enfático, Rodrigo Gondim cobrou um posicionamento do prefeito que, segundo ele, tem preferido se esconder a dar as explicações que a sociedade cobra. E prometeu manter-se vigilante e cobrando não apenas um pronunciamento, que entende já não resolve a situação, mas um posicionamento com ações concretas para que a situação possa ser revertida e normalizada, os pacientes oncológicos atendidos e suas famílias tranquilizadas.

Antes de concluir, aparteado por uma liderança da bancada governista, que tentou terceirizar a responsabilidade pela situação apontando que os prefeitos dos municípios pactuados não teriam ou estariam colaborando para que uma solução pudesse ser encontrada, Rodrigo Gondim reagiu afirmando que o prefeito Valtécio Aguiar é e deve ser o único a ser responsabilizado pelo cenário caótico da Unacon, uma vez que a decisão de intervir politicamente e conseguir apoio do Governo do Estado para cancelar o contrato de concessão da Fundação Terra Mãe, assumir a gestão e transferi-la para o Instituto ProVida, foi unilateral, pessoal e truculenta.

De acordo com o vereador, o prefeito Valtécio Aguiar prometeu resolver o problema (gestão da Unacon) e restabelecer o pleno atendimento da Unidade com a troca da gestão. “Agora, diante do caos instalado, precisa vir a público para prestar esclarecimentos”, concluiu.

Outro lado

O prefeito Valtécio Aguiar Neves (PDT), ouvido pela reportagem do JS por meio de mensagens de texto no WhatsApp (77 99903-**56), afirmou que não pretende aderir a debates que não tenham como objetivo buscar, de forma conjunta, responsável e transparente, alternativas para viabilizar o pleno funcionamento da Unacon. Ressaltou que está empenhado em buscar, por meio do diálogo, soluções eficazes para resolver de maneira definitiva os desafios enfrentados pela Unidade de Saúde, anunciando já ter agendado reunião com a Secretaria de Estado da Saúde da Bahia para tratar do assunto.

Ao JS, o prefeito se comprometeu que após a reunião com a Secretaria de Estado de Saúde da Bahia, pretende divulgar o resultado do encontro e as medidas concretas que serão adotadas a curto, médio e longo prazos para que a Unacon atenda a população caetiteense e regional, não apenas com uma gestão eficiente e responsável, mas prestando serviços de qualidade, com atenção aos pacientes e eficácia do tratamento. Apontou, ainda, que não deixará esclarecer sobre sua persistência em encontrar uma empresa que possa cuidar da Saúde do município e da região.



Prefeito Valtécio Aguiar Neves (PDT)

anima
 SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245,Centro – 1º Andar
 (Acesso por Elevador)
 Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920





LEÔNIDAS OLIVEIRA

ARQUITETO, URBANISTA E RESTAURADOR, É SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS

Patrimônio não é Museu: o gesto de Francisco e a vida nas obras da fé

O gesto mínimo do Papa Francisco diante do seu futuro túmulo na Basílica de Santa Maria Maggiore, em Roma, traz consigo uma mensagem silenciosa, mas poderosa: o patrimônio não é um Museu. Não existe para ser olhado de longe, nem para ser congelado em um instante passado. Existe para acolher a vida — para ser respirado, vivido, atravessado pelos homens e suas histórias.

Ao escolher intervir de maneira quase imperceptível — apenas um ramo, depositado com humildade —, Francisco recusa a monumentalização vazia. Em vez disso, inscreve seu tempo em diálogo com a longa travessia da Basílica, construída no século V e transformada, século após século, sem jamais perder sua essência. Santa Maria Maggiore é feita de Mosaicos Bizantinos, adaptações medievais, Capelas Renascentistas e Altares Barrocos: múltipla como a própria vida. Sua verdade não está na pureza de um tempo isolado, mas na continuidade de muitas vidas que ali se entrelaçam.

Esse entendimento profundo é tradição no Vaticano. Desde a criação da Real Fábrica de São Pedro, no século XVI, para cuidar da Basílica de São Pedro, entende-se que conservar um espaço de fé não é mantê-lo imóvel, mas garantir que ele permaneça lugar de encontro entre o humano e o divino. A própria Congregação para os Bens Culturais da Igreja reforçou, ao longo do século XX, que 80% do patrimônio artístico do Ocidente é composto de Igrejas, Mosteiros, Conventos, obras nascidas da fé. E todas essas obras só têm sentido enquanto abrigarem a vida, a oração, a esperança dos homens.

Em sua Teoria da Restauração, Cesare Brandi nos lembra que restaurar é “restituir a unidade potencial da obra” — não apagando o tempo, mas reconhecendo-o. Giovanni Carbonara amplia essa visão, afirmando que o patrimônio precisa ser preservado como testemunho em transformação: aberto às gerações, e não trancado em vitrine. Do mesmo modo, na tradição espanhola, pensadores como Luis Monreal defendem que a intervenção crítica é a que respeita as camadas do tempo e a vivência do presente.

Não se trata, portanto, de recusar a conservação. Mas de recusar a morte simbólica do patrimônio. Um bem cultural que se torna apenas objeto de contemplação, separado da vida, torna-se como um corpo sem alma: preservado, mas inerte. O restauro da Capela Sistina, que libertou a força viva de Michelangelo sem lhe impor leituras novas, é outro exemplo de que conservar é permitir que a obra continue a falar — não a silenciar em nome de um ideal de pureza impossível.

Minas Gerais, com suas Igrejas, Praças e Cidades Barrocas, é herdeira desse desafio. Ouro Preto, Congonhas, Sabará, Mariana: seus patrimônios existem para serem vividos, celebrados, renovados. A fé, a arte e a história que construíram nossos espaços são dinâmicas, e continuarão a sê-lo enquanto houver homens e mulheres que neles rezam, trabalham, celebram, vivem.

O gesto de Francisco em Santa Maria Maggiore nos convoca a lembrar que o patrimônio não existe para ser admirado como uma peça morta. Existe para continuar sendo chão de encontros. Para ser lugar onde a história humana e o mistério da fé continuam a se entrelaçar.

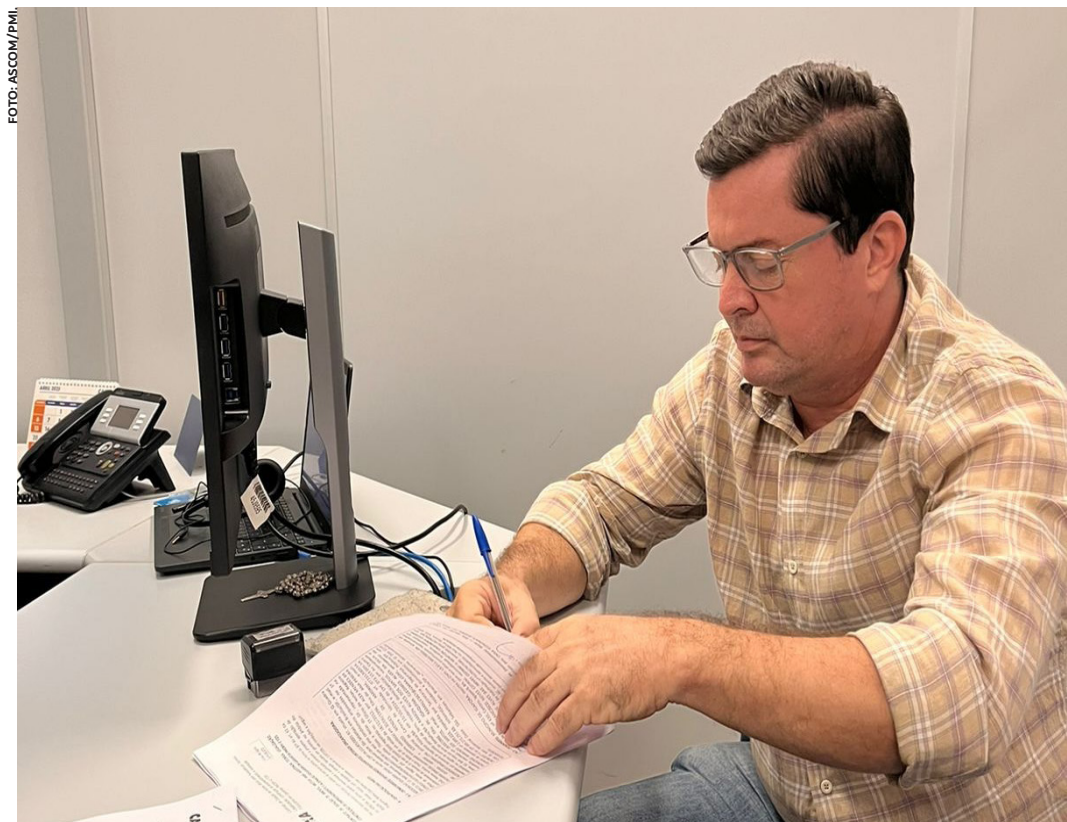
O patrimônio não é Museu. O patrimônio é a memória da vida que pulsa, sofre, canta e espera. E nossa responsabilidade não apenas preservá-lo, mas mantê-lo vivo.

HABITAÇÃO POPULAR

MINHA CASA MINHA VIDA: PREFEITO ASSINA CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE 100 UNIDADES EM IGAPORÃ

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

No final do último mês de abril, o prefeito de Igaporã, Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT), deu um passo significativo para a promoção da habitação popular na cidade. Em Vitória da Conquista, ele assinou um contrato com a Caixa Econômica Federal para a construção de cem unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida.



O prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT) firmou contrato com a Caixa Econômica Federal para a construção de 100 unidades habitacionais em Igaporã.

Essa ação tem como objetivo beneficiar cem famílias em situação de vulnerabilidade social, ajudando-as a realizarem o sonho da casa própria e melhorando a qualidade de vida da comunidade. O contrato, firmado entre a Prefeitura Municipal e a Instituição Financeira, prevê um investimento de cerca de R\$ 14 milhões. As famílias contempladas estão registradas no Cadastro Único (CadÚnico) e deverão atender aos critérios do Programa Federal. Esta iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal de Igaporã em promover dignidade e bem-estar para a população, assegurando moradia adequada e fomentando o desenvolvimento social no município. A expectativa é de que as obras comecem em breve, proporcionando benefícios concretos para as famílias que sonham com uma casa própria.

A assinatura do contrato, que ressaltou o prefeito, representa um avanço significativo na política habitacional da cidade, evidenciando a colaboração efetiva entre o Governo Municipal, o Governo Federal e a Caixa Econômica Federal na busca por moradia digna para todos.

Ao anunciar a formalização do convênio, o prefeito Newton Francisco – Neto – Neves Cotrim (PT) enfatizou a importância dessa etapa para o progresso do projeto, um compromisso assumido com a população de Igaporã que visa beneficiar centenas de famílias que vivem em condições precárias. "A assinatura deste contrato é um passo fundamental para realizar o sonho da casa própria para cem famílias do nosso município. Estamos dedicados a promover o desenvolvimento social e a melhorar a qualidade de vida de nossa população", afirmou o gestor, acrescentando que a construção das unidades habitacionais não apenas proporcionará moradia, mas também melhorará a infraestrutura e a convivência social, além de gerar empregos, com uma expectativa de cerca de 300 vagas diretas durante a execução do projeto. O prefeito garantiu que a Administração Municipal acompanhará de perto a execução, assegurando que as obras sejam realizadas com qualidade e dentro do prazo estabelecido.

Além disso, apontou o prefeito, a Prefeitura Municipal disponibilizará uma área pública localizada entre o Condomínio Green Park e o Loteamento Irmã Dulce, na sede, para a construção das cem unidades habitacionais contratadas.

BOX #1

O impacto do Programa Minha Casa Minha Vida na vida de milhares de brasileiros

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Programa Minha Casa Minha Vida, criado pelo Governo Federal em 2009, tem como objetivo promover o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda, reduzindo o déficit habitacional no país. Com diversas faixas de renda atendidas, o Programa oferece condições facilitadas de financiamento, subsídios e parcerias com construtoras e Prefeituras Municipais.

Desde sua implementação, o Minha Casa Minha Vida já entregou milhões de moradias em todo o Brasil, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de muitas famílias. Moradores que antes viviam em condições precárias agora têm um lar seguro, com infraestrutura adequada, acesso a serviços públicos e a possibilidade de ascensão social.

O Programa não só promove a inclusão social, mas também impulsiona a economia local, gerando empregos na construção civil e movimentando o mercado imobiliário.

ajustes e melhorias constantes, o Minha Casa Minha Vida busca ampliar seu alcance, incluindo novas faixas de renda e regiões, além de focar na regularização fundiária e na sustentabilidade das habitações. A expectativa é que, nos próximos anos, o programa continue sendo uma ferramenta fundamental para reduzir o déficit habitacional e promover a inclusão social no Brasil.

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Prefeitura de Planalto celebra convênio com o IFBA para capacitação profissional da população no âmbito do Programa Manoel Quirino

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



No último dia 9, foi realizada, na Câmara Municipal, a aula inaugural dos Cursos de Eletricista Predial de Baixa Tensão e Eletricista de Energias Renováveis, fruto de convênio celebrado pela Prefeitura Municipal de Planalto, através da Secretaria Municipal de Educação, com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Vitória da Conquista (IFBA/Vitória da Conquista), visando ampliar as oportunidades de capacitação profissional para a população planaltense. A parceria, firmada no âmbito do Programa Manoel Quirino de Qualificação Social e Profissional, que por objetivo fomentar competências e habilidades, promovendo a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social, promovendo inclusão, criando novas oportunidades e fortalecendo o desenvolvimento econômico e social da região.

Na solenidade de abertura dos Cursos, representantes da Prefeitura Municipal de Planalto e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA/Vitória da Conquista) destacaram a importância do Programa para o fortalecimento da empregabilidade e para o incentivo ao empreendedorismo entre os cidadãos.

O prefeito Cloves Alves Andrade (PT), destacou que a formação profissional é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento do município, ressaltando que a parceria estabelecida com o IFBA/Vitória da Conquista, que oferecerá dois cursos de excelência alinhados às necessidades do mercado de trabalho, abrirá portas para o empreendedorismo e terá um impacto positivo no bem-estar da população.



Prefeito Cloves Alves Andrade.



Professor Ney Máximus Correia Silva Freitas, Coordenador do Programa Manoel Quirino de Qualificação Social e Profissional do IFBA/Vitória da Conquista

Já o Professor Ney Máximus Correia Silva Freitas, Coordenador do Programa Manoel Quirino de Qualificação Social e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA/Vitória da Conquista), enfatizou a importância da iniciativa, expressou sua gratidão ao prefeito Cloves Alves Andrade e ao secretário municipal de Educação, Danilo Sobral de Souza, pela confiança e assegurou aos alunos que, com a capacitação, estarão preparados para entrar no mercado de trabalho e criar empreendimentos, contribuindo para a geração de empregos, renda e bem-estar.

FOTO: REPRODUÇÃO / REDES SOCIAIS



Felizardo Adenilson Rocha, Diretor Geral do IFBA/Vitória da Conquista

Esse também foi o mote do pronunciamento feito na solenidade pelo Diretor Geral do Campus de Vitória da Conquista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA/Vitória da Conquista), Felizardo Adenilson Rocha, enfatizando a importância da parceria estabelecida com a Prefeitura Municipal de Planalto para proporcionar à comunidade cursos de qualificação profissional, que reforçou, irão favorecer a inclusão social, a inserção no mercado de trabalho, o fortalecimento da economia e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. “Temos a expectativa de que, além desses cursos, possamos oferecer novas oportunidades no futuro. Permaneceremos sempre à disposição para garantir uma Educação Pública de qualidade para o município”, pontuou o Diretor-Geral do IFBA/Vitória da Conquista.

O secretário municipal de Educação, Esporte e Cultura de Planalto, Danilo Sobral de Souza, revelou detalhes práticos do curso, anunciando que as aulas serão ministradas na Escola Municipal Machado de Assis, no Bairro Urbis, no horário noturno, com duração de três meses. Ressaltou que nesta primeira etapa serão capacitados 60 profissionais – 30 em cada curso.

Programa Manoel Quirino

O Programa Manoel Quirino de Qualificação Social e Profissional, que já beneficiou diversas regiões da Bahia, contempla atualmente uma série de ações voltadas à inclusão social por meio da formação técnica e profissional. A iniciativa busca, sobretudo, atender jovens, desempregados e trabalhadores que desejam aprimorar suas habilidades.

O convênio celebrado pela Prefeitura Municipal de Planalto e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA/Vitória da Conquista) prevê a oferta de cursos presenciais, abarcando as áreas Eletricista Predial de Baixa Tensão e Eletricista de Energias Renováveis.

A expectativa é que novas oportunidades de qualificação profissional sejam oferecidas, ampliando as perspectivas de inserção de planaltenses no mercado de trabalho.

A iniciativa reforça o compromisso do prefeito Cloves Alves Andrade (PT) com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, promovendo uma oportunidade real de transformação na vida dos cidadãos de Planalto

Js.

TESTEMUNHO
UM FLAGRANTE
DE NOTÍCIA?

jornaldosudoeste

Quer reclamar dos problemas da sua cidade e do seu bairro?

Quer sugerir, mandar fotos e vídeos, dar informações para uma reportagem? Fale diretamente com a redação do JS através do Whatsapp:

(77) 99872-5389

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Governo do Estado promove ações em Guanambi para impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico no Território Sertão Produtivo

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



A programação em Guanambi contou com oficinas, experiências imersivas e capacitação de professores, promovendo a aproximação da Ciência, Tecnologia e Inovação com as comunidades do interior.

Uma das principais prioridades do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, é promover a interiorização de iniciativas que fomentem o desenvolvimento da Ciência, da Inovação e da Tecnologia. Com esse objetivo, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia organizou uma série de eventos em Guanambi, visando fortalecer o diálogo com os protagonistas desses ecossistemas. Durante três dias, foram realizadas diversas atividades, incluindo um Workshop sobre Microverdes, a participação em um Curso de Iniciação Científica, além do apoio para realização e a presença na III Tenda da Ciência, evento promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (Ifba) – Campus Guanambi, que teve ainda como parceiros a Pró-Reitoria de Extensão da Instituição e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O evento, que teve por objetivo promover a popularização do conhecimento científico e o diálogo entre saberes tradicionais, explorando os desafios dos biomas brasileiros por meio de debates, exposições e atividades interativas, foi realizado nos dias 9 e 10 últimos, tendo como palco a Praça Henrique Pereira Donato (Praça do Feijão), reunindo professores, estudantes e expressivo número de pessoas de Guanambi e microrregião.

No dia 8, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb), realizou, no dia 8, no Colégio Estadual do Campo do Distrito de Mutans, na zona rural de Guanambi, um Workshop sobre Microverdes (plantas jovens, colhidas entre uma e três semanas após a germinação da semente, quando as primeiras folhas começaram a aparecer), conduzido pelo Pedagogo Carlos Antônio Teixeira, idealizador e responsável pelo Projeto, que abordou técnicas de cultivo, cuidados e os benefícios de incluir esses alimentos na alimentação diária.

No evento, os estudantes do Colégio Estadual do Campo de Mutans puderam explorar experiências imersivas por meio dos Óculos de Realidade Virtual, permitindo-lhes um contato direto com novas tecnologias. A iniciativa proporcionou interações inovadoras e incentivou o uso de metodologias ativas, enriquecendo o processo de aprendizagem, como destacou a estudante Ana Luiza, aluna do 3º Ano do Ensino Médio. Segundo ela, a iniciativa da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia ressalta que a Ciência também se desenvolve na Zona Rural. “Essa ação demonstra que a Tecnologia e a Ciência não estão distantes; pelo contrário, fazem parte da realidade da Educação do Campo oferecida no Colégio”, pontuou a estudante, acrescentando que (a iniciativa) reforça a busca por um Ensino de qualidade, integrando Ciência e Tecnologia, evidenciando que o campo é, sim, um espaço de produção Cultural, Tecnológica e Científica.



Ainda no dia 8, a Diretora de Educação Científica, Divulgação e Popularização da Ciência, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia, Elisângela dos Reis Oliveira, participou de um curso voltado para capacitação de professores da Rede Municipal de Ensino de Guanambi, realizado pelo Polo local da Universidade Aberta do Brasil. O Curso, promovido pela Unidade Educacional do Serviço Social da Indústria (Escola Sesi - Guanambi), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, trouxe metodologias inovadoras focadas na iniciação científica.



Nos dias 9 e 10, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia esteve presente na Feira Tenda da Ciência, organizada pelo Campus Guanambi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBaiano). Durante o evento, a Secretaria promoveu diversas atividades, incluindo a divulgação da Plataforma Bahia Faz Ciência, que busca ampliar o acesso ao conhecimento científico, destacando pesquisas e produtos desenvolvidos no Estado. A iniciativa visa democratizar a Ciência e inspirar crianças, adolescentes e pesquisadores a se conectarem com os projetos apresentados. Além disso, os participantes puderam vivenciar experiências imersivas com Óculos de Realidade Virtual e se divertir com o Robozão, que animou o público com o gingado característico da Bahia.

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia também esteve presente na Feira de Produtos Orgânicos em Fase de Certificação, outra iniciativa do Campus Guanambi do Ifba. O evento teve como objetivo fortalecer e valorizar a produção sustentável no Território de Identidade Sertão Produtivo.

Segundo a Diretora de Educação Científica, Divulgação e Popularização da Ciência, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Elisângela dos Reis Oliveira, a participação da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia nos eventos em Guanambi, reforça o compromisso do Governo do Estado com a interiorização das ações da pasta. De acordo com ela, a agenda da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia nos eventos em Guanambi representa um momento importante na estruturação da nova Diretoria, responsável pela Educação Científica, Divulgação e Popularização da Ciência. “Estar presente no Território(Sertão Produtivo) é uma estratégia fundamental para fortalecer as iniciativas do Governo do Estado junto aos municípios, especialmente na área da Educação. Durante a semana, realizamos atividades que integraram Ciência, Tecnologia e Inovação. Nosso objetivo é aproximar cada vez mais essas áreas das pessoas e dos Territórios de forma contínua e significativa”, destacou.



BULLYING/VIOLÊNCIA DE GÊNERO

90% dos estudantes LGBTI+ brasileiros sofrem Bullying na Escola, diz Pesquisa

■ LUCIMAR ALMEIDA
lucimaralmeidajs@gmail.com



FOTO: LAUREN MCCONACHIE VIA UNSPLASH

Uma nova pesquisa nacional revelou que nove em cada dez estudantes LGBTI+ sofreram agressões verbais no ambiente escolar em 2024. O levantamento foi realizado pela Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro, promovida pela Aliança Nacional LGBTI+, uma organização da sociedade civil, pluripartidária e sem fins lucrativos, com apoio do Instituto Unibanco e do Plano CDE, uma empresa de pesquisa e consultoria especializada na avaliação de impacto nas famílias das classes CDE no Brasil. O resultado foi divulgado no último dia 16 de março, na sede do Conselho Nacional de Educação (CNE), em Brasília.

A Pesquisa abordou temas como percepção de segurança, experiências de Bullying, violência, discriminação, além de questões relacionadas à Saúde Mental e às redes de apoio disponíveis aos estudantes. Foram ouvidos 1.349 alunos da Educação Básica, matriculados em Escolas Públicas e Privadas de todas as 27 Unidades Federativas, com 16 anos ou mais, entre agosto de 2024 e janeiro de 2025. Desses, 1.170 se identificam como LGBTI+. Além das agressões verbais, 34% dos participantes relataram violência física, sendo essa taxa de 38% entre estudantes trans e pessoas negras.

A sensação de insegurança também é significativa: 86% dos estudantes disseram se sentir inseguros na Escola, com esse índice chegando à 93% entre pessoas trans ou travestis. O ambiente escolar é considerado pouco ou nada seguro por 67% dos estudantes trans, 59% dos meninos que fogem do padrão de masculinidade e 49% dos jovens gays, lésbicas ou bissexuais.

Outro dado alarmante é a evasão escolar: 47% dos estudantes faltaram a pelo menos um dia por medo ou insegurança, e entre os estudantes trans, esse percentual sobe para 57%

O Professor Doutor Antônio Luiz – Toni Reis – Martins Harrad Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+, destacou a definição de Bullying Homofóbico como uma intimidação sistemática por meio de violência física ou simbólica, envolvendo atos de humilhação ou discriminação, e afirmou que há um grande volume de Bullying nas Escolas.

“O Bullying no nosso país é uma questão estrutural, e precisamos repensar nossas abordagens nesse sentido. É fundamental implementar políticas públicas que promovam convivência harmoniosa e democrática, sem doutrinação, mas com ênfase no respeito às diferenças”, pontuou.

Com mais de 40 anos de ativismo LGBTI+, Toni Reis defendeu a importância de promover relações baseadas em respeito e empatia entre crianças, adolescentes e professores.

“Nós estamos fornecendo elementos e evidências que podem ser utilizados nas Escolas para criar ambientes mais seguros. Nosso objetivo é uma Escola protegida, democrática e onde todos possam conviver de forma harmoniosa”, afirmou.

Sobre a pesquisa, a Socióloga Maraisa Bezerra Lessa, Coordenadora de Projetos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, reconhece a carência de dados atualizados e fundamentados sobre o tema. “Relatos e vivências que ouvimos no cotidiano evidenciam a necessidade de trazer essas experiências ao debate público”, comentou.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL/REDES SOCIAIS

Professor Doutor Antônio Luiz – Toni Reis – Martins Harrad Reis, Diretor-Presidente da Aliança Nacional LGBTI+

Agressores

A Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro aponta que a maioria das agressões é praticada por colegas de Escola (97%). Contudo, 34% dos estudantes relataram que os agressores também são docentes ou profissionais da Escola, incluindo gestores (16%) e outros funcionários (10%).

Elis Gonçalves, integrante da organização não-governamental Associação Mães pela Diversidade no Distrito Federal, mãe de um adolescente trans de 13 anos, que nasceu com corpo biológico atribuído ao sexo feminino, mas que se identifica como um menino, que utiliza nome social, relatou a gravidade da situação, destacando que a Pesquisa revela o que as famílias já sentem na pele, inclusive na Escola. Essa exclusão, ressaltou Elis Gonçalves, é evidente na rotina, “com nossos filhos enfrentando situações constrangedoras nas Escolas diariamente. É profundamente lamentável! O nome social é desrespeitado, com professores que se recusam a utilizá-lo. Além disso, não é permitido que utilizem o banheiro condizente com seu gênero. Como consequência, essas crianças sofrem com infecções urinárias e são privadas até de realizar necessidades básicas”, diz, acrescentando que “quando o agressor é alguém em posição de poder, como Diretor ou Professor, o impacto é ainda maior, pois reforça a permissão para Bullying e desrespeito”.

A Pesquisa mostra que após serem vítimas de agressões, 31% dos estudantes LGBTI+ buscaram ajuda na Escola, porém 69% relataram que nenhuma medida foi tomada. Dos que observaram alguma ação, 86% consideraram as respostas insuficientes. Ademais, 39% dos alunos nunca conversaram sobre o incidente com ninguém, enquanto 44% procuraram apoio junto a amigos e 10% com familiares.

Saúde Mental

Os dados da Pesquisa revelam um cenário alarmante em relação à Saúde Mental de estudantes LGBTI+. Conforme a Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro, 94% desses alunos relataram sentir-se deprimidos no mês anterior ao estudo, e 88% experimentaram esse sentimento ao menos duas vezes durante esse período.

Estudantes trans se destacaram com índices ainda mais altos de sofrimento psicológico, quando comparados aos colegas cis (aqueles cuja identidade de gênero coincide com o sexo designado ao nascer).

Evasão escolar

Outro dado alarmante destacado pela Pesquisa refere-se à Evasão Escolar entre estudantes LGBTI+ causada pelo ambiente inseguro. Conforme o Estudo, quase metade (47%) dos estudantes LGBTI+ relataram ter faltado pelo menos um dia no mês anterior por se sentirem inseguros na Escola ou no trajeto até ela.

Entre os estudantes trans, esse número é ainda maior, alcançando 57%, o que representa um aumento de 15 pontos percentuais em relação aos estudantes cis (42%). Além disso, 18% dos jovens trans chegaram a perder seis ou mais dias de aula, enquanto essa proporção foi de 12% entre estudantes cis.

A Professora Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Jaqueline Gomes de Jesus, primeira transexual negra a obter um Doutorado na Universidade de Brasília, relatou sua vivência marcada por Bullying e discriminação desde a infância. Ela destacou que enfrentou essas adversidades em Escolas de Ceilândia e Taguatinga, no Distrito Federal, sem receber apoio do sistema escolar.

“Não foram meus professores que me ajudaram. Não foi a Escola, porque eu simplesmente não existia lá. Sofri Bullying, discriminação, perseguição e assédio de cunho sexual todos os dias. Professoras, Coordenadoras, Diretoras, as Freiras permaneciam indiferentes, pois me viam como uma criança transviada e diziam: ‘não quero me envolver nisso’”, relembra.



Professora Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Jaqueline Gomes de Jesus.1

Políticas públicas

Para enfrentar esses desafios, o Ministério da Educação ressaltou que suas ações estão fundamentadas nos princípios da Constituição Federal de 1988, na Base Nacional Comum Curricular, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e no Parecer do Conselho Nacional de Educação, que assegura o uso do nome social dos estudantes.

O propósito, segundo o Ministério da Educação, é fomentar uma cultura de democracia, cidadania, justiça social e respeito às diversidades dentro do Sistema de Ensino. As medidas adotadas incluem a formação continuada de profissionais, a promoção da conscientização sobre direitos humanos e iniciativas voltadas para a convivência respeitosa.

Propostas sugeridas

A Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro sugere que o currículo escolar inclua temas sobre violência, respeito e convivência democrática, em conformidade com as legislações que combatem o Bullying Homofóbico e protegem crianças e adolescentes contra diversas formas de violência.

Outras recomendações incluem a garantia de proteção legal aos educadores que atuam nessa área, a segurança dos estudantes que enfrentam violência familiar e a capacitação das redes de proteção infantojuvenil.

Por fim, Christy Ganzert Pato, Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação e Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Educação (CNE), argumenta que os desafios a serem enfrentados na Educação brasileira vão muito além da reformulação da Educação Básica, dos investimentos na capacitação de professores e do investimento nas Escolas.

Segundo ele, é necessária uma transformação estrutural da sociedade para impulsionar uma mudança de mentalidade e valores nacionais. “A mudança estrutural”, ressaltou Christy Ganzert, não é só da Escola, não é só da formação (de professores), a mudança deve ser da estrutura da sociedade. Isso envolve um esforço muito além de só pensar na atuação do gestor, em Leis de Punição, Leis de Educação, Leis de Formação. Este é um processo muito mais de conhecimento nacional. Como é um processo muito mais de conhecimento nacional. Como é que você muda o espírito de nação?”, questiona o Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação.



RIACHO DO SANTANA

Em Riacho de Santana, Projeto Farmácia Verde une saberes ancestrais e cuidados com a Saúde para transformar Escola e comunidade

LUCIMAR ALMEIDA *
lucimaralmeidajs@gmail.com

A Secretaria de Estado da Educação da Bahia, por meio do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira (Educa Mais Bahia), busca integrar Educação, Cultura e Práticas de Cuidado com a Vida e o Meio Ambiente. Nesse contexto, desenvolve no Colégio Estadual em Tempo Integral Sinésio Costa, em Riacho de Santana, o Projeto Farmácia Verde. A iniciativa envolve estudantes, professores e moradores da comunidade, que cultivam plantas com potencial terapêutico, com o objetivo de redescobrir seus valores medicinais, além de promover ações sustentáveis e preservar tradições que passam de geração em geração.

FOTO: GILDÁSIO RODRIGUES DOS SANTOS



As ações do Farmácia Verde são desenvolvidas com o plantio de canteiros de ervas medicinais, árvores frutíferas e espécies nativas, promovendo uma conexão profunda com a natureza, aproximando a Escola do ecossistema e da realidade dos estudantes e da comunidade escolar, como explica a Professora de Geografia Margareth Fernandes, idealizadora da iniciativa. Ela diz ter observado que os estudantes desconheciam, apesar de conviver com conhecimentos transmitidos pelos avós, as plantas medicinais. “Com o Farmácia Verde, estamos conseguindo explorar temas como Saúde, Sustentabilidade e Valorização da Cultura Popular de forma dinâmica e envolvente”, pontua.

Ela ressalta que a participação das famílias nas pesquisas sobre o uso tradicional das plantas contribuiu para fortalecer os laços entre as gerações, promovendo a troca de conhecimentos e a preservação das tradições.

A estudante Cauane Prates Soares, aluna da 3ª série, destaca que o Projeto é fundamental para a comunidade, destacando que muitas pessoas não conseguem acessar medicamentos, seja pela falta de Farmácias nas proximidades ou por dificuldades financeiras. “Com a Farmácia Verde, exploramos alternativas naturais para o cuidado da Saúde, promovendo bem-estar e oferecendo apoio àqueles que mais precisam”, diz a estudante., acrescentando que a iniciativa, que teve início na Escola, deve se expandir para outras localidades, da sede e zona rural.

Outra estudante, Ana Clara Dias de Souza, aluna do Curso Técnico em Agroindústria, comenta sobre o impacto do Projeto na zona rural: “Muita gente não consegue vir até a cidade para comprar remédios. Com o conhecimento das plantas, podemos preparar chás e remédios em casa, o que ajuda na economia das famílias”, comenta.

De acordo com o Pesquisador responsável pelo Educa mais Bahia, Gildásio Rodrigues dos Santos, (o Farmácia Verde) trata de uma iniciativa de resgate das práticas de nossos antepassados e povos tradicionais, como indígenas e quilombolas. “Preservar espécies nativas e produzir alimentos sem o uso de agrotóxicos representa um caminho para uma vida mais saudável e sustentável. Levar essa experiência para o ambiente escolar amplia o acesso ao conhecimento sobre a Agroecologia”, esclarece.

A Diretora da Unidade, professora Rosimeire Marques Cardoso Farias, destaca os impactos positivos do Projeto na rotina escolar. “É gratificante observar a implementação do Projeto em nossa Instituição. Ele valoriza conhecimentos tradicionais, incentiva a preservação do meio ambiente e contribui para o bem-estar das famílias, muitas das quais têm laços com o campo”, pontua, acrescentando que incorporar a Fitoterapia no ambiente escolar é uma forma de promover a Saúde, valorizar a cultura local e incentivar práticas sustentáveis. “Os resultados são coletivos e nos inspiram a seguir em frente com esperança e consciência”, enfatiza.

Para os gestores o Projeto tem se mostrado uma importante ferramenta para valorização dos saberes populares, permitindo que os alunos possam perceber que a Escola pode oferecer mais do que o Ensino formal. E para que compreendam que, ao estar na Escola, é possível também se desenvolver por meio de atividades de pesquisa que contribuam para uma formação cidadã.

Para todos os envolvidos, o Farmácia Viva, além de representar um grande estímulo à pesquisa e de romper com a rotina diária da sala de aula, destaca a participação ativa do aluno, que deixa de ser apenas um observador para se tornar um agente na transmissão do conhecimento produzido.

○ DIA DE CAMPO

Agricultores de Paramirim participaram de Dia de Campo sobre o cultivo do Umbu Gigante no Campus Guanambi do IFBA

■ LUCIMAR ALMEIDA *
lucimaralmeidajs@gmail.com

No último dia 10, o Campus Guanambi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) realizou um Dia de Campo dedicado ao cultivo do Umbu Gigante, reunindo agricultores familiares do município de Paramirim. O evento contou ainda com a presença de estudantes dos cursos de Agronomia e do Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido da Instituição.

Sob o tema “Umbu Gigante, um Potencial Real”, a atividade foi organizada pela Professora Cleide Teixeira Alves, membro do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFBA Campus Guanambi e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal no Semiárido da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG). A Pesquisadora dedica-se ao estudo do desenvolvimento da produção de Umbu, uma planta nativa e resistente do semiárido brasileiro, antes considerada exclusivamente como fruto do extrativismo, o Umbu hoje também é cultivado, ampliando suas possibilidades de uso e valorização.

A abertura do evento contou com palestras do Engenheiro Agrônomo e Professor Sérgio Luiz Rodrigues Donato, titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no IFBA/Guanambi, e do Engenheiro Agrônomo Ednei de Souza Pires, Professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus Euclides da Cunha. Os palestrantes destacaram as vantagens do Umbu Gigante para a agricultura familiar, como o baixo custo de cultivo e sua alta adaptação às condições do semiárido. Foram



apresentados resultados de pesquisas do IFBA envolvendo adubação, irrigação, podas, clones adequados e classificação comercial dos frutos, informações que podem orientar os agricultores no cultivo do Umbuzeiro.

Segundo o Professor Sérgio Luiz Rodrigues Donato, o Umbu é uma planta símbolo da região. “O Umbu Gigante representa uma alternativa viável para a agricultura familiar, devido ao seu baixo custo de cultivo e à sua resistência ao clima seco do semiárido brasileiro”, afirmou.



Após as palestras, os participantes participaram de cinco Estações Temáticas, nas quais receberam orientações práticas sobre todas as etapas do cultivo do Umbu Gigante, incluindo produção de mudas, implantação de pomares, manejo de clones, cuidados com as plantas e processamento dos frutos. Essas estações foram conduzidas por Agrônomos e Professores como João Abel da Silva (aposentado do IFBA); Ednei de Souza Pires (Uneb/Euclides da Cunha); Alessandro de Magalhães Arantes, Marcelo Rocha dos Santos, Pedro Ricardo Rocha Marques e Sérgio Luiz Rodrigues Donato (do IFBA/Guanambi), além da Especialista em Uso de Recursos Naturais e Professora Cleide Teixeira Alves (do IFBA/Guanambi, e contou com a participação da graduanda em Agronomia e Bolsista de Iniciação Científica Thais Almeida, e da (graduanda em Agronomia) e da graduanda em Tecnologia em Agroindústria e Bolsista do Projeto Mulheres Rurais do Sertão Produtivo Débora Silva, com apoio de estudantes e Técnicos Administrativos da Instituição.

O secretário municipal de Agricultura de Paramirim, Zilton Santos Silva, que participou do evento, destacou que o cultivo do Umbu Gigante vai além da geração de renda, contribuindo também para o reflorestamento das pequenas propriedades rurais. “Além de produzir frutos e gerar recursos para os agricultores, o cultivo do Umbu ajuda no reflorestamento das áreas rurais”, afirmou.

Para o Diretor do IFBA Campus Guanambi, Pedagogo Carlito José de Barros Filho, o Dia de Campo reforça o papel da instituição como agente de desenvolvimento regional, promovendo a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, além de valorizar alternativas produtivas sustentáveis para o semiárido.

A Instituição espera promover um evento de maior escala na próxima safra de Umbu, com o objetivo de atrair um número ainda mais significativo de agricultores.

IDENTIDADE DE GÊNERO

MULHERES TRANS: VIVÊNCIAS, DESAFIOS E LUTAS POR REPRESENTATIVIDADE

O Brasil é o país que mais mata pessoas trans em todo o mundo. Os dados também evidenciam que a maioria dos assassinatos é de mulheres trans, o que o coloca como o país do transfeminicídio.

LEILA COSTA – SITE CORETO
<https://sitecoreto.com/>

É assim que Sofia Souza, concluinte do Ensino Médio e atualmente estudante para vestibular e Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), conta como sua vida mudou a partir do momento em que começou a sua transição. A falta de apoio da família, a resistência em aceitá-la e a relação conflituosa e de violência com o pai não deixou outra alternativa à adolescente que, aos 16 anos, saiu de casa. “Ele me ameaçava, me xingava, usava palavras horríveis pra me ofender. Eu tive que recorrer à delegacia para poder fazer denúncia.”

Sem ter para onde ir, Sofia buscou ajuda do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e foi encaminhada para lares temporários. Nesse processo, ela precisou mudar de cidade com a família que a acolheu, mas a nova rotina não foi fácil e, por não conseguir se adaptar, Sofia retornou a Poções. “Quando eu voltei, eu não tinha onde ficar. Então, o único lugar que eu tinha a esperança de poder ficar era na casa que eu estou atualmente, que é uma casa da minha mãe. A minha mãe abriu mão da casa pra eu poder ficar. Mas quando eu cheguei eu não tinha fogão, eu não tinha geladeira, eu não tinha água e luz.”

Ao retornar, as ocorrências de ameaças do pai também voltaram e por falta de água e luz na casa em que estava, Sofia foi encaminhada a uma nova residência, a casa de Jandina Jabbur.

Jandina é Ativista e Coordenadora da ONG Mães da Resistência no Estado da Bahia e, desde o episódio de transfobia sofrido pelo seu filho, ela passou a acolher e a lutar pelos direitos das pessoas trans no município de Poções. Com esses acompanhamentos, ela percebe como a ausência de políticas públicas eficazes afetam a dignidade e marginalizam os corpos de pessoas trans. “A gente não tem hoje aqui em Poções uma Casa de Acolhimento. Não adianta ter outros suportes se a pessoa não tiver para onde ir. Isso obriga elas a voltarem para o local de violência. E se você enviar essa pessoa para a Casa de Acolhimento em outro município, ela ainda é mandada para um local que tira do seu vínculo de amizade e que a isola mais do mundo.”

Isabela Vieira é artista e dançarina de um Grupo de Quadrilhas Juninas de Poções. Natural de Salvador, ela conta que sua vida é um desafio diário, com rastros de violência em diversos momentos de sua existência. Vítima de violência sexual quando ainda morava em São Paulo, a artista conta que, após o episódio, ficou o trauma e a insegurança de sair. “Sempre vai existir essa insegurança de sair sozinha, tanto que já cheguei a pedir que um ex-namorado, que eu tive recentemente, se matriculasse no mesmo curso que eu, porque o curso saía 22h, para eu não voltar só.”

Mesmo acreditando que a violência física pode ser maior nas grandes cidades, devido ao que viveu, Isabela não anda sozinha e conta sobre as violências psicológicas que já enfrentou e enfrenta. “A cidade que tem pouco acesso à informação tem muitas violências que as pessoas não sabem que elas existem, por exemplo, a violência psicológica que é tão grave quanto a física e as pessoas acham que o fato de a pessoa não ter agredido não foi uma violência.”

Tanto Isabella, quanto Sôfia relatam as violências que já vivenciaram em público, ao não terem o direito ao uso de seus nomes respeitados, ou até pelo direito ao acesso à Saúde. “Pessoas acham que a mulher trans não deve passar por exames básicos. Em um Posto de Saúde, por exemplo, eu tinha basicamente que implorar para usarem o meu nome social ao invés do meu nome morto,” conta Isabella Vieira.



Sofia Souza, estudante

“Quando você decide se assumir e ser quem você realmente é, você abre mão de muitas coisas. E uma das coisas que eu tive que abrir mão foi das questões que eu gostava de fazer. Eu gostava de sair de casa, eu gostava de estar em público. E depois que eu passei pela transição, eu meio que me segurei mais em casa”



Isabela Vieira, dançarina

A transfobia no Brasil

De acordo com a 8ª Edição do Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras, divulgado em 2024 pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil se mantém pelo 16º ano consecutivo como o país que mais mata pessoas trans no mundo, com 122 assassinatos. Mesmo com uma queda, em relação a 2023, a Associação alerta para a subnotificação. "Quando uma notícia chega aos jornais, seria natural imaginar que esses casos estariam registrados nos órgãos responsáveis, como Delegacias, Institutos Médicos Legais (IML) ou Secretarias de Segurança Pública. Mas a realidade mostra o oposto", informa o dossiê. A subnotificação, em muitos casos, está relacionada à ausência de dados oficiais nos noticiários e ao não reconhecimento da identidade de gênero da vítima.

Os dados do relatório também evidenciam um cenário que coloca o Brasil como o país do transfeminicídio. Nos últimos oito anos, período em que o relatório da Antra foi realizado, os assassinatos de mulheres trans e travestis representam 97% dos casos. Em 2024, dos 122 assassinatos mapeados, 117 foram de travestis e mulheres transexuais. O cenário deixa explícito "que a violência de gênero, a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas", afirma o relatório.

Quanto à idade, as vítimas são jovens entre 15 e 29 anos, sendo que 78% das vítimas eram negras vivendo em um contexto de vulnerabilidade social.

A Antra também apresenta dados sobre a transfobia por região e por Estados. Em 2024, o Nordeste foi a região com o maior número de assassinatos, com 41% dos casos; seguida da região Sudeste, com 34% e o Centro-Oeste com 10% dos casos; o Norte, com 8%; e o Sul com 7% dos casos. Nos oito Estados em destaque na pesquisa, os dados mostram que a Bahia ocupou a 3ª posição em número de casos de violência nos últimos oito anos e, em 2024, ficou na 5ª posição.

Gabi Bonfim Cruz é Cantora, Psicóloga e Pesquisadora. Em sua Pesquisa de Mestrado, ela estudou sobre alguns aspectos semânticos da ideia de incongruência de gênero para questionar a Patologização Trans, na CID-11 (Classificação Internacional de Doenças, 11ª Revisão). Atualmente, Doutoranda pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), ela pesquisa sobre a expressão travesti durante o século 20, a partir de um viés semântico. Ela conta que as estatísticas sobre a transfobia no Brasil não mentem. "Gostaria muito que fosse um exagero, como algumas pessoas dizem, mas não é. Não estamos no Ensino Superior e nas Pós-Graduações por muitos motivos."

Para Gabi Cruz, o espaço público é desafiador e traz preocupações frequentes, as pessoas trans. "Sair de casa também implica um novo desafio, a gente nunca sabe se vai ser só assediada ou se seremos assediadas e ameaçadas de morte." Ela também relata sobre as preocupações no existir diário, no sair de casa e ter que passar o dia em espaços públicos. "A questão dos banheiros, uma questão conhecidíssima."

Para a Pesquisadora, são inúmeras as aflições quanto ao uso de banheiros públicos. "No sair de casa você já vai pensando como é que é o banheiro num lugar. Ai você pensa, não tem banheiro individual, não é só uma cabinezinha que a pessoa entrar e fechar a porta, é um banheiro com vários banheirinhos, com vários sanitários dentro, então isso significa que estando no banheiro eu vou ter que... é possível que eu interaja com alguém. Ai você pensa assim, nossa, mas interagir com alguém, significa falar, e minha voz é minha voz, e isso pode... e se eu coagir alguém. Alguém pode se assustar e ter medo disso, ou isso pode ser um pressuposto para alguém me abusar".

Dados divulgados na Nota Técnica sobre Direitos Humanos e o Direito aos Banheiros, publicada pela Antra em 2023, mostram que um estudo realizado pela Universidade da Califórnia apontou que 54% das pessoas trans entrevistadas enfrentaram problemas de saúde devido à falta de acesso a banheiros públicos. O estudo revelou também que cerca de 70% dos participantes relataram dificuldades ao utilizar banheiros, tendo vivenciado ofensas e/ou agressões físicas nesses espaços.

Os impedimentos ao uso de banheiros públicos também podem acarretar problemas à saúde das pessoas trans, como a Desidratação e a Infecção Urinária. "E é isso que faz com que eu não beba água antes de sair, ou eu não saia de casa, dependendo da quantidade de água que eu bebi, porque eu vou fazer o quê? Independente da pessoa concordar com essa questão, uma coisa é fato, isso impede pessoas de irem trabalhar, impede pessoas de irem pesquisar, e é uma coisa tão simples. Podem até pensar, 'poxa Gabi, isso não tem nada a ver com uma história tão dolorosa que a gente escuta'. Mas não é doloroso, porque ela tem onde mijar".

Janaína Jabbur relata a preocupação que tem ao acompanhar as meninas em atendimentos de Saúde no município. "A gente não tem uma Saúde voltada para esses corpos trans, para essas pessoas. A gente vem lutando muito dentro de Poções."

Um atendimento humanizado e respeitoso é o que defende a Psicóloga, Gabi Cruz. "Tenho que lutar por uma Psicologia mais honesta e mais justa. E esse foi o motivo de eu ter continuado na Psicologia e de atuar hoje como Psicóloga: tentar oferecer um serviço de atendimento as outras, como eu, em que essa Patologização não está ali, em que essa violência, essa culpabilização não esteja ali, em que essa pessoa não seja terminada de ser empurrada para a morte."

Para Gabi, o profissional da Psicologia e da Saúde em geral precisa oferecer um atendimento qualificado, que não Patologize e que acolha. "É essencial para que a pessoa sobreviva a esse mundo hostil a ela. Não estou dizendo que a Psicologia é a solução, porque a solução é uma solução de classe, vamos ser sinceras, o que ferra a vida de travesti tem nome, patriarcado. A Psicologia, ajuda a acolher, a deixar essas trabalhadoras, essas mulheres vivas, a trazer um pouco de alento e um pouco de dignidade."

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 e 2024¹²⁵ - TGEU



Gabi Cruz, Cantora, Psicóloga e Pesquisadora

Vida profissional, conquistas e representatividade

Mesmo com experiências profissionais em seu currículo e capacitação profissional, Isabela Vieira narra que em seleções de empregos da cidade, ela nunca é a escolhida. "Participei de uma seleção aqui e eles gostaram do meu currículo, só que eu não fui aceita. A gente consegue ver nitidamente que isso aconteceu pelo fato de eu ser trans e não por eu não ter capacidade de estar no cargo."

Um estudo divulgado pela GloboNews revela que somente 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans. E que parte das pessoas trans que estão trabalhando, estão ocupando cargos de baixa remuneração ou posições que não correspondem às suas qualificações. "Existe sempre essa questão de a gente ter que tentar se provar que a gente é boa mesmo", destaca Isabela.

Gabi Cruz destaca que teve e tem desafios no percurso acadêmico. "Ainda que eu esteja num grupo de pesquisa maravilhoso, que as pessoas me acolhem, num programa também maravilhoso em que eu sou respeitada, e é importante dizer isso, a gente passa por alguns desafios que ninguém vê, e esses desafios, às vezes, fazem a gente ter dificuldades de tirar a cabeça do travesseiro e ir para a instituição".

Mesmo com os desafios que enfrenta, Gabi sabe a importância de suas conquistas como motivação e inspiração para outras meninas trans. E é essa representatividade, de ver mulheres trans ocupando espaços, que movem Isabella Vieira e Sofia Sousa a persistirem em seus sonhos. Sofia conta que se inspira muito na vida e carreira da Deputada Federal Erika Hilton (Psol). "Quando você vê ela exercendo algo que poderia ser você ali, você fica cheia de esperanças. É muito difícil você ter esperança em algo que é difícil de acontecer. Mas quando você vê ela ali, é incrível," conta Sofia.

"É uma mulher que me inspira, que eu me baseio nela, pois ela tem uma dicção perfeita, ela é muito inteligente, formada. Ela é literalmente alguém que eu gostaria de ser no futuro. Não é ser ela, mas é ter a força e a coragem que ela tem de enfrentar homens machistas opressores dentro da Câmara (dos Deputados) e ela consegue encarar isso e ter peito para ir contra eles" revela Isabella Vieira.

Para Gabi Cruz, o caminho não é e não será fácil, "você vai encontrar nesses espaços de Ensino Superior todas essas incongruências que eu já falei". Mas a pesquisadora clama que esses espaços devem e precisam ser ocupados por mulheres e pessoas trans. "Se o mercado de trabalho é como é hoje, com suas incongruências e violências, esse é mais um motivo para a gente estar lá. [...] Eu preciso de vocês lá também, preciso de mais pesquisadores comigo, brigando por uma Ciência mais justa para pessoas trans e travestis, para mulheres travestis, brigando por uma Universidade que a gente possa fazer xixi, que a gente possa comer e que a gente possa transitar. Lutando por um mundo em que a gente possa consumir cultura, e que a gente possa viver enquanto humanas. [...] a gente precisa de pessoas como nós, ou pessoas que saibam da nossa existência e que respeitem a nossa existência, formando professores, formando novos profissionais, sendo novos profissionais, sendo novos profissionais diferentes no mercado de trabalho."

Vale a pena conhecer

Mesmo com experiências profissionais em seu currículo e capacitação profissional, Isabela Vieira narra que em seleções de empregos da cidade, ela nunca é a escolhida. "Participei de uma seleção aqui e eles gostaram do meu currículo, só que eu não fui aceita. A gente consegue ver nitidamente que isso aconteceu pelo fato de eu ser trans e não por eu não ter capacidade de estar no cargo."

Um estudo divulgado pela GloboNews revela que somente 0,38% dos postos de trabalho no país são ocupados por pessoas trans. E que parte das pessoas trans que estão trabalhando, estão ocupando cargos de baixa remuneração ou posições que não correspondem às suas qualificações. "Existe sempre essa questão de a gente ter que tentar se provar que a gente é boa mesmo", destaca Isabela.

Gabi Cruz destaca que teve e tem desafios no percurso acadêmico. "Ainda que eu esteja num grupo de pesquisa maravilhoso, que as pessoas me acolhem, num programa também maravilhoso em que eu sou respeitada, e é importante dizer isso, a gente passa por alguns desafios que ninguém vê, e esses desafios, às vezes, fazem a gente ter dificuldades de tirar a cabeça do travesseiro e ir para a instituição".

Mesmo com os desafios que enfrenta, Gabi sabe a importância de suas conquistas como motivação e inspiração para outras meninas trans. E é essa representatividade, de ver mulheres trans ocupando espaços, que movem Isabella Vieira e Sofia Sousa a persistirem em seus sonhos. Sofia conta que se inspira muito na vida e carreira da Deputada Federal Erika Hilton (Psol). "Quando você vê ela exercendo algo que poderia ser você ali, você fica cheia de esperanças. É muito difícil você ter esperança em algo que é difícil de acontecer. Mas quando você vê ela ali, é incrível," conta Sofia.

"É uma mulher que me inspira, que eu me baseio nela, pois ela tem uma dicção perfeita, ela é muito inteligente, formada. Ela é literalmente alguém que eu gostaria de ser no futuro. Não é ser ela, mas é ter a força e a coragem que ela tem de enfrentar homens machistas opressores dentro da Câmara (dos Deputados) e ela consegue encarar isso e ter peito para ir contra eles" revela Isabella Vieira.

Para Gabi Cruz, o caminho não é e não será fácil, "você vai encontrar nesses espaços de Ensino Superior todas essas incongruências que eu já falei". Mas a pesquisadora clama que esses espaços devem e precisam ser ocupados por mulheres e pessoas trans. "Se o mercado de trabalho é como é hoje, com suas incongruências e violências, esse é mais um motivo para a gente estar lá. [...] Eu preciso de vocês lá também, preciso de mais pesquisadores comigo, brigando por uma Ciência mais justa para pessoas trans e travestis, para mulheres travestis, brigando por uma Universidade que a gente possa fazer xixi, que a gente possa comer e que a gente possa transitar. Lutando por um mundo em que a gente possa consumir cultura, e que a gente possa viver enquanto humanas. [...] a gente precisa de pessoas como nós, ou pessoas que saibam da nossa existência e que respeitem a nossa existência, formando professores, formando novos profissionais, sendo novos profissionais, sendo novos profissionais diferentes no mercado de trabalho."

MATÉRIA PUBLICADA ORIGINALMENTE NO SITE CORETO - <https://sitecoreto.com/>



Jornaldosudoeste

ASSÉDIO SEXUAL E MORAL/POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

DENÚNCIA DE ASSÉDIO SEXUAL ENVOLVE EX-COMANDANTE DO 24º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE BRUMADO, ACUSADO POR UMA MAJOR E DUAS SOLDADAS

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com



O ex-Comandante do 24º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Brumado, Tenente-Coronel PM Élon Cristóvão Santos Pereira, foi denunciado por uma Major PM e duas Soldadas PM por assédio sexual e moral. As denúncias foram protocoladas na Promotoria Regional de Justiça de Brumado e na Corregedoria da Polícia Militar da Bahia em novembro de 2024.

Segundo os depoimentos das vítimas, cujas identidades estão sendo preservadas, divulgados com exclusividade pelo jornal Correio*, os episódios de assédio tiveram início em março do ano passado e se intensificaram até novembro. Elas relataram práticas como piadas de cunho sexual, elogios ao corpo, convites para encontros pessoais e, diante da recusa, retaliações e desqualificações profissionais na presença de colegas da Corporação e civis.

Uma das vítimas, uma Major PM que atua como Coordenadora de Suporte Operacional do 24º Batalhão, afirmou que foi convidada pelo próprio Tenente-Coronel Élon Pereira para integrar uma Unidade recém-criada na estrutura da Polícia Militar da Bahia e que, inicialmente, era elogiada por seu desempenho, mas posteriormente passou a ouvir comentários como “sua malhação está fazendo efeito”, “como você está cheirosa” e “suas pernas estão grossas, hein”. Além disso, a Major PM relatou que, em diversas ocasiões, o então Comandante do 24º Batalhão se referiu a ela como “meu amor proibido” na presença de terceiros.

Outra vítima, uma Soldada PM, contou ao Ministério Público que, durante o serviço, ao encontrar o Comandante no Módulo Administrativo da Unidade, ouviu dele um comentário lascivo sobre seus lábios. Ela ressalta que a abordagem foi testemunhada por outros Policiais Militares presentes na ocasião. Em outra situação, após prestar continência, a Soldada PM afirmou ter sido alvo de comentários e atitudes ambíguas.

Os depoimentos também incluem relatos de assédio durante um Curso de Capacitação em um Clube na cidade, cuja programação incluía temas como Assédio Sexual e Moral. Segundo a Soldada PM, durante o curso, no momento em que o então Comandante anunciou a necessidade de Policiais para participar, disfarçados, de uma operação que seria desencadeada na cidade, ela e outras colegas se ofereceram, justificando que, por serem novas na Unidade (e na cidade), não seriam reconhecidas, chegando a sugerir o uso de perucas. O Comandante, então, em tom sugestivo, teria demonstrado interesse em tê-las sob seu Comando “sem peruca em sua casa”. Na mesma ocasião, a Soldada PM afirmou que, após deixá-lo em casa, mesmo sabendo que seu marido estava no carro logo atrás, foi convidada por ele a subir para tomar um vinho a sós, convite que prontamente recusou.

No depoimento à Promotora de Justiça Daniela de Almeida, a Major PM relatou que o Subcomandante do Batalhão, MJ PM Marcelo Souza Lima, ao tomar conhecimento dos casos, inclusive por ter presenciado alguns episódios, teria sugerido que ela “tira de tempo” (contornar a situação) as denúncias para “proteger o Comando”, insinuando um possível intento de encobrir os fatos.

Diante da gravidade das denúncias, a Promotora de Justiça titular da Promotoria Regional de Justiça de Brumado, Daniela de Almeida, determinou que o caso fosse encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar. Em janeiro último, mais precisamente no dia 14, a Corporação instaurou uma sindicância e instaurou um Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Após dezoito meses no posto, o Tenente-Coronel Élon Cristóvão Santos Pereira deixou o Comando do 24º Batalhão em 7 de dezembro de 2024, sendo transferido para o Departamento de Pessoal da Corporação em Salvador. Ao ser substituído, ainda em Brumado, ele declarou que as denúncias relacionadas a atos de assédio sexual e moral envolvendo Policiais Femininas eram motivadas por um suposto “plano de poder” arquitetado por um Oficial dentro da Unidade, com o objetivo de colocar um de seus aliados na chefia após sua saída.

As três Policiais Militares, vítimas do assédio, segundo informações divulgadas inicialmente pelo jornal Correio*, estão emocionalmente abaladas e recebem acompanhamento psicológico. A advogada Tayanne Oliveira Correia da Silva, defensora das vítimas, destaca que os casos de assédio no ambiente militar refletem uma sociedade patriarcal que perpetua o machismo, além de ressaltar a sensação de impunidade e a falta de imparcialidade nas investigações, que muitas vezes impedem punições justas.

Ela também apontou que, devido à fragilidade das investigações, muitas vítimas enfrentam suspeitas e perguntas indevidas, como “Como você estava vestida?”, o que reforça o ciclo de abuso e culpa às próprias vítimas. O caso continua sob investigação sigilosa tanto pela Polícia Militar quanto pelo Ministério Público da Bahia.

Outro lado

A reportagem do JS não conseguiu contato com o ex-Comandante do 24º Batalhão da Polícia Militar de Brumado, Ten-Cel PM Élon Cristóvão Santos Pereira, que ao Correio*, por meio de mensagem de texto, afirmou que “qualquer questão relacionada à minha pessoa e minha vida profissional recebe o trato institucional”, recomendando que os contatos fossem feitos com o Departamento de Comunicação Social da Polícia Militar da Bahia, que no entanto, não tem respondido às tentativas de contato.

O espaço permanece aberto caso o Tenente Coronel PM Élon Cristóvão Santos Pereira ou a Instituição queiram se manifestar.



SABRINA CAMARGO

*** Sabrina Gomes Camargo – Psicóloga, Psicanalista, Mestre em Psicanálise pela Université Paris 8, /França Doutora em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Consultório: Rua Joana Angélica, 148 - 1º andar - Centro, Brumado – BA- (77) 3441-4209**

A importância da saúde mental materna

Ao longo da história, a imagem da mãe esteve associada ao sagrado, à expressão do divino, da força e da solidez. Em torno da figura materna, uma imagem idealizada foi construída, de uma mulher terna e compreensiva, sempre de pé, paciente, resignada e disposta a abdicar de todos os seus desejos em prol dos cuidados com sua prole.

A inserção da mulher no mercado de trabalho revelou que, para além dos filhos, uma mãe tem outros desejos. Acalenta anseios profissionais, independência financeira e autonomia, não se satisfazendo apenas com as ocupações domésticas.

Se na década de 50 do século passado, as mulheres se dividiam nos cuidados com o lar e os filhos, hoje acrescenta-se, os interesses de um trabalho que não seja exclusivamente o doméstico.

Cuidar da vida profissional, da casa, dos filhos e viver uma tripla jornada de atividades também é concomitante à redução das famílias, ao prolongamento dos turnos de trabalho e do tempo de serviço e, conseqüentemente, da ausência de rede de apoio. Se, antigamente, havia as avós, as tias, as comadres, as vizinhas para ajudar nos cuidados com as crianças ou com uma recém-mãe, hoje, está cada vez mais escassa esta rede de suporte e cada vez mais isoladas e desamparadas estão as famílias.

As políticas públicas também são insuficientes para acolher uma mulher que se tornou mãe. Tempo exíguo de licença maternidade, quando ainda se pode contar com ela e praticamente ausência de licença paternidade, haja vista que no Brasil a licença para os pais é de apenas 5 dias consecutivos na iniciativa privada ou 20 dias nas empresas que aderem ao Programa Empresa Cidadã.

No Brasil e em muitos outros países menos igualitários, cuidar dos filhos parece ser somente uma atribuição e responsabilidade materna. Cabe à mãe se ocupar deles, do lar e contribuir ou até mesmo ser a provedora da renda doméstica.

O fato é que é uma conta difícil de fechar. Mães sobrecarregadas, assoladas pelas demandas, vivendo no automático, sem rede de apoio, solitárias nos cuidados com os filhos e com as muitas exigências domésticas e laborais.

Falar de saúde mental materna não é somente falar do estado de bem-estar emocional e psicológico da recém-mãe, na gestação, parto e puerpério. E sim, das mães em geral, daquelas, cujos filhos são ainda dependentes ou que exigem algum cuidado maior quando portadores de alguma patologia.

A saúde mental da mãe influencia o desenvolvimento físico e psicológico da criança e poder contar com o apoio de familiares, amigos e parceiros é fundamental para o compartilhamento das demandas evitando o esgotamento emocional.

Uma mãe que está bem emocionalmente, consegue se dedicar melhor aos seus filhos e cuidar da sua própria vida, promovendo um ambiente mais saudável, harmonioso e feliz para a família.

Mães deprimidas e ansiosas, privadas de um sono restaurador, podem encontrar dificuldades no exercício da função materna e na construção de vínculos com seus filhos.

É preciso desconstruir a imagem romantizada que envolve a maternidade, como algo do sublime, de uma missão divina muitas vezes associada à religião, e que cria muitos entraves às mães. Oras por se culpabilizarem quando não conseguem corresponder às expectativas pessoais e sociais criadas, oras por sentirem-se sobrecarregadas, cansadas e impacientes quando o “esperado” é que deveriam estar agradecidas e radiantes.

A maternidade humana não é instintiva como nos demais animais, mas construída a partir de questões pessoais de cada um e atravessada por aspectos culturais e sociais. Há um provérbio africano que diz que é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança. Cuidar de uma criança deveria ser responsabilidade de toda uma comunidade, não somente dos pais.

Se a ideia de coletividade estivesse presente nos cuidados com as crianças, certamente teríamos menos mães esgotadas emocionalmente e mais dispostas e felizes em cuidar do outro, sem esquecer de si. É importante reconhecer o adoecimento psíquico e buscar ajuda! É preciso cuidar de quem cuida!

LUTO GESTACIONAL

QUANDO O COLO FICA VAZIO: A DOR SILENCIADA DAS MÃES APÓS A PERDA PERINATAL

A Saúde Mental de quem passa pelo luto antes ou logo após o parto segundo a Neuropsicologia

SANDRA MARTINS – ASCOM (AGÊNCIA ALDEIA AS-SESSORIA DE IMPRENSA)
Imprensa.aldeia@gmail.com

O caso ocorrido nos últimos dias com a apresentadora e jornalista carioca Tati Machado, que perdeu seu bebê na reta final de sua gestação, com pouco mais de 33 semanas gerou comoção e abriu uma fresta sobre como a mente humana processa esse tipo de perda. A Neuropsicologia mostra o que pode acontecer com a Saúde Mental das mães que perdem seus bebês antes ou logo após o parto.

Revivendo a dor

“É uma dor imensurável. Estou tão triste em saber que a Tati perdeu seu bebê, a gente revive tudo de novo. É uma dor que não se explica”, disse a Arquiteta Graziela Gazaro, que perdeu seu filho Gabriel com 27 semanas de gravidez em 2019.

Ela conta que foi identificado num dos Exames Morfológicos que ele sofria de uma Síndrome Genética rara e uma Cardiopatia severa. “Eu e meu marido estávamos saudáveis, fizemos todos os exames genéticos, mas infelizmente aconteceu.

“Quando ele fez 27 semanas de vida, o coraçãozinho do meu filho parou de bater. Meu mundo acabou, achei que entraria em depressão. Uma mãe perder um filho, em qualquer fase da vida, é uma dor que não tem cura”, disse Graziela, que dois anos depois teve mais dois abortos.

As perdas causaram mudanças profundas na Arquiteta. Ela, que em 2024 vivenciou outra dor ao perder o marido, afirma que ainda hoje tenta processar todas essas situações tão sofridas: “A gente não vive, sobrevive após a perda de um filho. Ainda não estou curada dessa dor, sempre lembro dele. Entrei na Maternidade, passei por um trabalho de parto extenuante de mais de 24 horas e sai de lá sem meu bebê nos meus braços. Ainda não consegui doar as roupinhas dele, mas trabalho isso dentro de mim pois não sou apegada a bens materiais, mas vou precisar de apoio quando for fazer isso”, finalizou.

A Perda Perinatal – que inclui a morte fetal tardia e o falecimento do recém-nascido nos primeiros dias de vida – é uma das experiências mais devastadoras que uma mulher pode enfrentar.

Seus efeitos vão muito além da dor imediata: ela pode desencadear Transtorno de Estresse Pós-Traumático, Depressão Pós-Parto (mesmo sem o bebê nos braços), ansiedade persistente, distúrbios do sono, crises existenciais profundas e um esmagador sentimento de culpa e fracasso.

Muitas mães relatam a sensação de terem falhado em seu papel mais essencial, enfrentando o silêncio social que muitas vezes minimiza ou ignora sua dor. O Luto Perinatal é real, complexo e, infelizmente, ainda invisibilizado – o que torna o suporte psicológico, familiar e profissional não apenas importante, mas urgente.

Dados

Em 2023, segundo dados do Painel de Monitoramento da Mortalidade Infantil e Fetal, do Ministério da Saúde, o Brasil registrou 20,2 mil mortes infantis e fetais por causas evitáveis, o menor número desde 1996. Isso representa uma redução de cerca de 62% em comparação com os 53,1 mil óbitos registrados naquele ano.

As mortes evitáveis são aquelas classificadas como as que poderiam ser barradas por ações de imunoprevenção, adequada Atenção à Mulher na Gestação e Parto e ao recém-nascido ou diagnósticos corretos, por exemplo.

Dados da Unicef apontam que o número de mortes de menores de cinco anos no mundo diminuiu para 4,8 milhões em 2023, enquanto os natimortos permaneceram em torno de 1,9 milhão, de acordo com dois novos relatórios da ONU.

“

“Perder um bebê na reta final da gestação ou logo que essa criança vem ao mundo é uma ruptura abrupta entre expectativa e realidade. A mulher já ouviu o coração do bebê, já preparou o enxoval, já se imaginava embalando seu filho. Nesse momento, não se perde só um bebê – perde-se um futuro inteiro imaginado, um vínculo visceral que já estava formado. É o luto de um colo que ficou vazio, de um corpo que ainda pulsa vida, mas já não abriga o que mais sonhava”

FOTO: DIVULGAÇÃO



Neuropsicóloga Carol Mattos

”

“Do ponto de vista Neuropsicológico, o Cérebro da gestante já havia se adaptado para o vínculo: havia alterações hormonais, sinapses preparadas para o cuidar. Com a perda, o Cérebro entra em Disritmia Emocional, desorganizando, inclusive, as funções básicas de sono, apetite e a tomada de decisões”

Dor que não cessa

“Fui para um pré-natal e dois dias depois comecei a sentir contrações, fui para o Hospital e tudo aconteceu. Fui aconselhada por uma Enfermeira e pedir minha alta hospitalar para me recuperar em casa, e foi o que eu fiz. Porém, me deparei com uma equipe despreparada que não solicitou o acompanhamento Psicológico. O baque mesmo foi quando cheguei em casa; foi tenebroso, eu só chorava, e a maior tortura foi que meu leite desceu e só secou depois de 3 meses. Após passar por 11 Médicos, ninguém conseguiu descobrir o que realmente eu tive, tanto que hoje participo de um estudo no Hospital das Clínicas de São Paulo. Coletaram minha Placenta, meu sangue e do meu bebê, fizeram necropsia nele e nunca detectaram o que aconteceu”, disse a Geógrafa que também passou por mais dois abortos após essa gestação.

Após 10 meses, Fernanda deu à luz a Bento, hoje com 1 ano. “Infelizmente, muitas pessoas, tentando me consolar – com a melhor das intenções – após essa perda me dizem: ‘ah, mas você tem o Bento agora’, mas um filho nunca anula o outro, essa é uma dor muito silenciosa que parece que após um tempo não temos mais o direito de sentir. Como tive os outros abortos, sei que a experiência de perder um filho com 38 semanas é muito diferente”, disse Fernanda.



“Tenho gatilhos até hoje. Não posso, por exemplo, ver camiseta de Hospital estampada. Passei por três Psicólogos, o último, homem, foi o que mais me entendeu e acolheu, pois sofro de Estresse Pós-Traumático e ainda estou em tratamento”



Fernanda Fontebassi com o marido, Edson, e o filho Bento

A importância do luto reconhecido

“Nossa sociedade tem dificuldade em validar o Luto Gestacional. Assim como a Fernanda e a Graziela, muitas mulheres ouvem frases como: “você é jovem, logo terá outro” – como se pudesse haver uma “substituição” de um filho por outro. Validar essa dor é fundamental para a reconstrução do ‘Eu Materno’. Não se trata de seguir em frente como se nada tivesse acontecido, mas de aprender a seguir em frente com o que aconteceu”, disse.



Graziela Gazaro em ensaio gestante

O que oferecer a uma mãe em luto pela perda de um filho?

Mais do que palavras, ofereça presença genuína e silenciosa, sem julgamentos ou expectativas. Evite frases prontas como “você é forte” ou “tudo acontece por um motivo” – elas podem ferir mais do que confortar. Em vez disso, esteja disponível para ouvir com empatia, mesmo quando o silêncio for tudo o que ela tiver para compartilhar. Reconheça que o Luto Materno é uma jornada íntima e intransferível, que não tem prazo de validade nem um roteiro a seguir. Algumas mães precisam falar mil vezes sobre o que viveram; outras, apenas respirar. Todas, porém, precisam de um mundo que respeite sua dor sem tentar apressar sua cura. O apoio mais valioso que você pode oferecer é o de validar sua perda, seu amor e seu direito de sentir.

**TUDO QUE VOCÊ
PRECISA, EM UM
SÓ LUGAR!**

www.jornaldosudoeste.com

@jornaldosudoeste @jornaldosudoestebahia





LUCELMO LACERDA

LUCELMO LACERDA é Professor, Doutor em Educação e autor do livro “Crítica à Pseudociência em Educação Especial”

Abril Azul: é tempo de conscientização

Dar visibilidade e estimular a conscientização sobre o autismo estão entre as missões do Abril Azul, campanha que incentiva a inclusão de um grupo social formado por cerca de 2 milhões de pessoas no Brasil, de acordo com dados do IBGE.

O autismo é uma forma distinta de desenvolvimento neurológico, o que faz com que o indivíduo apresente comportamentos muito diferentes. Há prejuízo na comunicação social, na interação e no entendimento das relações sociais.

Também estão presentes comportamentos restritos e repetitivos, foco intenso em determinados assuntos, rigidez cognitiva importante e alterações sensoriais. Tudo isso, claro, traz prejuízos ao indivíduo.

Neste sentido, é fundamental pensarmos ferramentas para melhorar o dia a dia dos autistas. Para começar, a mais importante: a sociedade precisa ser mais inclusiva e aceitar mais às diferenças e a diversidade entre as pessoas. Isso envolve o comportamento individual e também mudanças institucionais.

É necessário criar estruturas que proporcionem conforto para autistas, como recursos que evitem estimulação excessiva, espaços sensoriais, uso de abafadores de ruído e, principalmente, o reconhecimento legal do autismo como uma deficiência, com os mesmos direitos garantidos às deficiências físicas ou visíveis.

Além disso, é preciso garantir acesso à educação inclusiva de qualidade e a tratamentos baseados em evidências científicas.

O cenário ainda é difícil. Entretanto, apesar das inúmeras barreiras, se fizermos uma análise comparativa com o que era há 15 anos, houve uma enorme mudança. Meu filho, por exemplo, recebeu o diagnóstico há cerca de 14 anos. Comparando aquela época com hoje, a situação é completamente distinta. Estamos avançando, mas ainda há muito a ser feito.

Há questões – complexas, é verdade – que precisam ser superadas. Precisamos de vontade política por parte dos tomadores de decisão e também conhecimento técnico. É imprescindível saber como treinar os profissionais de educação e como adotar um Plano Educacional Individualizado (PEI) com qualidade.

Quando esses dois fatores se unem, vontade política e capacidade técnica, conseguimos avançar. Mas isso só será possível com a luta organizada dos pais e de toda a sociedade. Para que novas conquistas sejam realizadas, todos precisam abraçar essa bandeira em prol dos direitos das pessoas autistas.

SAÚDE MENTAL



Saúde Mental na Adolescência: Quando procurar ajuda e o papel dos pais

LUCIMAR ALMEIDA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

A adolescência é uma fase de intensas mudanças físicas, emocionais e sociais. Nesse período, é comum que jovens enfrentem desafios que podem impactar sua Saúde Mental. Com o aumento de casos de ansiedade, depressão e outros transtornos emocionais entre adolescentes, compreender quando procurar ajuda profissional e como os pais podem apoiar seus filhos torna-se fundamental.

É fato que a Saúde Mental na adolescência não deve ser negligenciada, enfatiza a Psicóloga Escolar/Educacional e Clínica Camila Teixeira Silva Scarcela, ressaltando que quanto mais cedo os sinais de problemas emocionais forem identificados e abordados, maiores são as chances de um tratamento eficaz. Os pais, pontua a Psicóloga, desempenham um papel indispensável no apoio e na orientação de seus filhos nesse processo. A sensibilização sobre a Saúde Mental e a abertura para o diálogo podem fazer uma grande diferença na vida de um adolescente.



Os sinais de que a ajuda pode ser necessária

Identificar sinais de que um adolescente pode estar enfrentando dificuldades emocionais é o primeiro passo para oferecer o suporte adequado. "É essencial buscar ajuda ao notar alterações significativas na rotina de um adolescente. Devemos estar atentos a mudanças comportamentais e emocionais que causem sofrimento e prejudiquem seu desempenho", aponta a Psicóloga Camila Teixeira, ressaltando que entre os indicadores que servem de alerta estão mudanças de humor frequentes ou intensas, isolamento social, queda no desempenho escolar e alterações nos hábitos de sono e alimentação. Se esses sinais, entre outros que indicam uma mudança radical de comportamento, se persistirem por mais de duas semanas, por exemplo, é importante buscar orientação especializada.

Quando procurar ajuda profissional

De acordo com a Psicóloga Camila Teixeira, a intervenção precoce pode ser fundamental na recuperação e no bem-estar do adolescente. Profissionais de Saúde Mental, como Psicólogos e Psiquiatras, possuem a capacitação necessária para avaliar, diagnosticar e orientar o tratamento adequado. Os pais, ressalta a Psicóloga, devem procurar esses profissionais ao perceberem sinais como isolamento social, mudanças abruptas no comportamento, dificuldades escolares e alterações no sono, dificuldades em executar atividades de rotina que antes eram prazerosas.

Acresscenta que essas manifestações indicam a necessidade de atenção especial. Nesse contexto, pontua a Psicóloga, os pais desempenham um papel fundamental e devem estar atentos, prontos para proporcionar um ambiente seguro e acolhedor onde os adolescentes se sintam à vontade para expressar seus sentimentos sem medo de julgamento.

O que os pais podem fazer

Segundo a Psicóloga Camila Teixeira, o apoio da família é essencial para o desenvolvimento saudável do adolescente. Por isso, ela recomenda que os pais estejam “receptivos ao diálogo, criando um ambiente familiar acolhedor, para que o jovem se sinta fortalecido e motivado a buscar ajuda profissional quando necessário”. Além de ouvir atentamente o que o adolescente tem a dizer e demonstrar compreensão, de modo a criar um espaço seguro onde ele possa se expressar livremente, reforça Camila Teixeira, os pais também devem estabelecer rotinas e limites claros. Ao contrário do que muitos pensam, regras bem definidas proporcionam segurança, contribuem para a organização do dia a dia e têm um impacto positivo na saúde mental do adolescente.

A Psicóloga também destaca a importância de estimular os jovens a participarem de atividades que promovam o bem-estar emocional, como esportes e encontros com amigos, sempre atentos a sinais de sofrimento emocional que possam indicar a necessidade de intervenção rápida.

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A importância do ambiente familiar

Segundo Camila Teixeira, um ambiente familiar acolhedor e compreensivo é um fator de proteção contra problemas de Saúde Mental. Ela destaca que os pais devem incentivar o diálogo, validar os sentimentos do adolescente e evitar críticas ou cobranças excessivas, além de procurar se informar sobre Saúde Mental, desmistificando preconceitos e apoiando o jovem na busca por ajuda profissional, se necessário.

A Psicóloga Camila Teixeira conclui enfatizando que a Saúde Mental na adolescência é uma questão séria e que exige atenção de toda a sociedade, especialmente dos pais. Reconhecer os sinais de dificuldades emocionais, agir com sensibilidade e buscar apoio profissional quando necessário podem fazer toda a diferença na vida dos jovens, promovendo um desenvolvimento saudável e equilibrado nesta fase tão importante da vida.



”

“A família desenvolve um papel fundamental no equilíbrio emocional do adolescente, fazendo o papel de ponte e alicerce para transmissão de valores, formação de identidade e desenvolvimento de suas habilidades. É na família que o adolescente deve encontrar pontos de apoio, através de diálogos abertos em que possa expressar seus pensamentos, sentimentos e dúvidas”,



MARLITO
LACERDA
CONTABILIDADE

MEIO AMBIENTE



SERRA DO SALTO: UM PARAÍSO EM RISCO DE EXTINÇÃO PELA ATIVIDADE MINERÁRIA

Riscos Socioambientais à Biodiversidade da Serra do Salto em Licínio de Almeida diante do Empreendimento Minerário é denunciado pela Comunidade de Taquaril dos Fialhos e Comissão Pastoral da Terra

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

A Serra do Salto, localizada no município de Licínio de Almeida, Bahia, é um patrimônio natural de extrema relevância que representa a união de dois biomas brasileiros: o Cerrado e a Caatinga. Essa formação geológica é reconhecida por sua biodiversidade única, suas onze nascentes que alimentam o Rio do Salto – um importante afluente da Bacia do Rio de Contas – e sua importância ecológica, social e cultural para as comunidades locais. No entanto, a recente implantação de um empreendimento minerário na região vem gerando preocupações sérias quanto aos riscos socioambientais que ameaçam esse tesouro natural.

Desde 2007, quando o geólogo baiano João Cavalcanti anunciou a descoberta de uma jazida mineral de alta potencialidade na área, o projeto de mineração tem avançado com o envolvimento de empresas como a Bahia Mineração e, posteriormente, a Vale do Paramirim Participações S.A. A iniciativa conta com a anuência de órgãos de fiscalização federal e estadual, como a Agência Nacional de Mineração (ANM) – autarquia federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia – e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) – autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente da Bahia. Apesar da aparente regularidade formal, a atividade minerária na Serra do Salto tem sido alvo de intensas denúncias por parte de moradores locais e organizações ambientais da sociedade civil.

Denúncias e Riscos Socioambientais

Moradores das comunidades próximas, especialmente da comunidade de Taquaril dos Fialhos, a mais afetada, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, organização vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica, que se dedica à defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, têm denunciado a ausência de critérios adequados de desmatamento e a ameaça que o projeto que vem sendo desenvolvido pela Vale do Paramirim Participações S.A. representa às nascentes que abastecem o Rio do Salto e todo o ecossistema da Serra do Salto. Segundo relatos, a atividade minerária tem promovido desmatamentos indiscriminados, o que coloca em risco a integridade do ecossistema, além de comprometer a qualidade e quantidade de água disponível para as comunidades e a biodiversidade local.

As denúncias reforçam que a implantação do empreendimento tem ocorrido sem uma avaliação adequada dos impactos ambientais, sociais e culturais, o que contraria as recomendações da legislação vigente. Além disso, há uma preocupação crescente sobre a ausência de consultas públicas efetivas, participativas e transparentes, essenciais para garantir que a população local seja ouvida e seus direitos respeitados, como preveem os diplomas legais vigentes.



O empreendimento minerário tem sido denunciado por realizar indiscriminadamente desmatamento de áreas para realização das pesquisas.

Atuação do Ministério Público e Medidas Legais

Diante do cenário de conflito e risco ambiental, o Ministério Público Federal vem atuando para assegurar o cumprimento das Leis Ambientais e Minerárias. No último 19, o Ministério Público Federal ingressou com uma Ação Civil Pública na Subseção Judiciária Federal de Guanambi (veja matéria abaixo), pleiteando a interrupção imediata das atividades vinculadas ao Projeto de Pesquisa Mineral em andamento. A Ação também requer a realização de consultas públicas, conforme previsto na legislação, para garantir a participação da comunidade na tomada de decisões e na avaliação dos impactos potenciais da mineração.

Impactos na Biodiversidade e Mudanças Climáticas

A Serra do Salto é uma das poucas áreas ainda praticamente intocadas na microrregião, representando uma das maiores reservas hídricas e ambientais da região. A atividade minerária, se não regulada e planejada de forma sustentável, pode levar à perda de biodiversidade, à degradação do solo, ao assoreamento dos cursos d'água e a mudanças nos microclimas locais. Tais impactos, agravados pelas mudanças climáticas globais, podem comprometer não apenas o ecossistema, mas também as condições de vida das comunidades tradicionais que dependem diretamente dos recursos naturais da região.



Uma das cachoeiras da Serra do Salto, em Licínio de Almeida

Portanto, a proteção da Serra do Salto deve ser uma prioridade, considerando sua importância ecológica, hídrica e social. A implantação do empreendimento minerário sem critérios ambientais rigorosos e sem a devida participação comunitária, como tem sido denunciado, representa uma ameaça real à biodiversidade, aos recursos hídricos e à qualidade de vida da população da Comunidade de Taquaril dos Fialhos e de toda a microrregião. É fundamental que órgãos reguladores, empresas e sociedade civil trabalhem juntos para garantir que o desenvolvimento econômico ocorra de forma sustentável, respeitando os limites do ecossistema e promovendo a justiça social na região.

A atenção de toda a sociedade, especialmente dos moradores, ambientalistas e das instituições responsáveis pela fiscalização, é imprescindível para assegurar que os impactos negativos sejam minimizados e que o patrimônio natural da Serra do Salto seja preservado para as futuras gerações.

BOX #1

Ministério Público Federal ajuíza Ação para proteger direitos da Comunidade Tradicional impactada por estudos de mineradora em Licínio de Almeida

Ministério Público Federal ajuíza Ação para proteger direitos da Comunidade Tradicional impactada por estudos de mineradora em Licínio de Almeida

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Federal ingressou, no último dia 19, com uma Ação Civil Pública na Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária Federal de Guanambi, objetivando garantir os direitos da Comunidade Tradicional de Taquaril dos Fialhos, afetada por pesquisas realizadas por uma empresa mineradora em seu território. A Vale do Paramirim Participações S.A. atua na área sem realizar a consulta prévia, livre e informada à comunidade, como exigido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do qual o Brasil é signatário.

Além da Vale do Paramirim Participações S.A., figuram como réus na Ação a Agência Nacional de Mineração (ANM) – autarquia federal vinculada ao Ministério das Minas e Energia – e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) – autarquia estadual da estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente da Bahia – que autorizaram as pesquisas minerais sem a devida consulta à comunidade.

Na Ação Civil Pública protocolada na Subseção Judiciária Federal de Guanambi, o Ministério Público Federal solicita uma liminar para suspender imediatamente todas as atividades relacionadas ao Projeto de Pesquisa Mineral no território até que a consulta prévia seja realizada adequadamente. O órgão ainda requer a proibição de novas autorizações relacionadas ao projeto na região. O Ministério Público Federal também solicita a condenação dos réus ao pagamento de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos, com esse valor a ser destinado à comunidade afetada.

Apesar da clara oposição da comunidade e de diversas manifestações contra as atividades minerárias, a Vale do Paramirim Participações S.A. tem prosseguido com o projeto, realizando a coleta de amostras e a supressão de vegetação, sem estabelecer diálogo com os moradores locais.

Em resposta a Ofícios do Ministério Público Federal, tanto a Agência Nacional de Mineração quanto o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema) argumentaram que a consulta prévia não seria necessária, uma vez que se tratava apenas da fase de pesquisa e não da implementação de um empreendimento. Contudo, o Ministério Público Federal discorda dessa interpretação, reiterando que a consulta é obrigatória sempre que há potencial de impacto sobre Comunidades Tradicionais, independentemente da fase da atividade.

BOX #2

Território da centenária Comunidade Tradicional de Taquaril dos Fialhos enfrenta ameaças constantes devido a exploração minerária

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

Embora não seja classificada oficialmente como Quilombola ou Indígena, conforme demonstrado pelo Parecer Técnico nº 72/2023, elaborado pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise do Ministério Público Federal, a Comunidade de Taquaril dos Fialhos, localizada às margens da Serra Geral (Serra do Salto), na zona rural de Licínio de Almeida, fundada por volta de 1910, se enquadra no conceito de tradicionalidade.

Localizada em uma área que abriga onze nascentes na Serra do Salto, que alimentam o curso do Rio do Salto, que integra a Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, a Comunidade Taquaril dos Fialhos é composta por uma extensa família que se organiza em 33 núcleos familiares. Ao longo dos últimos mais de cem anos, sua subsistência tem sido garantida principalmente pela agricultura familiar. Originalmente, a produção de arroz, café e cana-de-açúcar sustentava a comunidade. Atualmente, os moradores também cultivam feijão, milho e mandioca, criam animais em pastos, e possuem uma variedade significativa de frutas, hortaliças e legumes em seus quintais produtivos.

A produção destina-se à subsistência e também é comercializada nas Feiras de Licínio de Almeida e regiões próximas. As frutas produzidas em maior escala, especialmente maracujá e manga, são vendidas em Centros de Abastecimento de diversos Estados, incluindo a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Cegesp), em São Paulo/SP.

É importante destacar que todas as atividades produtivas da Comunidade de Taquaril dos Fialhos são realizadas exclusivamente com mão de obra familiar e têm entre seus objetivos a preservação da biodiversidade local.

Apesar de suas terras férteis, do ecossistema rico e da abundância de produção, as famílias da comunidade enfrentaram e superaram diversos desafios ao longo de sua história de mais de cem anos, graças ao esforço coletivo. Um desses desafios foi o acesso à Educação, que, inicialmente difícil, tornou-se um componente fundamental na luta por outros direitos, especialmente após a fundação, em 1997, da Associação dos Pequenos Agricultores de Taquaril dos Fialhos (Aspat). Essa entidade foi crucial para conquistas importantes, como a instalação de energia elétrica, a construção de uma fábrica artesanal de cachaca, a implementação de Projetos de Assistência Técnica, além da construção da Capela de São Pedro, Padroeiro da comunidade, e da barragem das nascentes da Serra do Salto, que garante o abastecimento tanto dos moradores quanto de comunidades vizinhas.

A área da Comunidade de Taquaril dos Fialhos funciona não apenas como espaço de trabalho e produção, mas também como moradia, ambiente de transmissão de conhecimentos e preservação dos usos e costumes das gerações passadas. Essa integração entre trabalho, moradia, transmissão de saberes e preservação cultural foi reconhecida pelo Ministério Público Federal, que a qualificou como Comunidade Tradicional Brasileira, com base no que dispõe o Decreto Lei nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

A Serra do Salto, situadas na área do território da Comunidade de Taquaril dos Fialhos, abriga onze nascentes que alimentam a Bacia do Rio de Contas



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

AGRICULTURA/MEIO AMBIENTE

Codevasf revitaliza lagoas rurais de Paratinga com a liberação de 37 mil alevinos

LUCIMAR ALMEIDA *
lucimaralmeidajs@gmail.com



FOTO: ASCOM/CODEVASF

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), através da 2ª Superintendência Regional de Bom Jesus da Lapa, realizou uma importante ação de revitalização nas lagoas rurais de Paratinga, contribuindo para o fortalecimento da pesca artesanal e a conservação dos recursos hídricos na região.

No último dia 8, foram liberados aproximadamente 37 mil alevinos da espécie Curimatã, em três lagoas - Lagoa do Dundun, na Comunidade de Nova União; Lagoa do Largo, na Comunidade do Largo, e Lagoa do Jacaré, na Comunidade de Poção de Santo Antônio - na zona rural do município. A iniciativa faz parte de uma estratégia contínua da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da 2ª Superintendência Regional de Bom Jesus da Lapa, com objetivo de promover a sustentabilidade dos recursos naturais e fortalecer atividade pesqueira e a economia de comunidades rurais. Além disso, a revitalização das lagoas visa também garantir a preservação do ecossistema aquático, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e o equilíbrio ambiental na região.

A ação foi acompanhada e contou com apoio da Prefeitura Municipal de Paratinga, através da Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura.

Segundo representantes da Codevasf, a ação também contempla ações de Educação Ambiental e acompanhamento técnico, assegurando o sucesso do Projeto e o desenvolvimento sustentável das Comunidades beneficiadas, reforçando o compromisso da Empresa com o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das comunidades rurais na sua área de atuação, promovendo a conservação ambiental e o crescimento econômico de forma responsável.

Representantes das Comunidades beneficiadas, que acompanharam a ação, expressaram seu entusiasmo pela iniciativa, enfatizando a relevância da preservação dos recursos naturais e do fortalecimento da Pesca Artesanal como uma importante fonte de renda e sustento.

O presidente da Associação Quilombola da Comunidade do Largo, Vaguinaldo Souza da Silva, que participou da ação, destacou a importância do Projeto, apontando que o peixamento das lagoas com a espécie Curimatã, que é nativa da Bacia Hidrográfica do São Francisco tem um significativo valor ambiental e socioeconômico, além de oferecer suporte direto aos pescadores locais, garantindo alimento e fortalecendo a atividade pesqueira na região.



Credibilidade



Mais que uma conquista, um voto de confiança
que renovado diariamente ao longo dos últimos 26 anos.

PERIGOS NA ESTRADA

Bom Jesus da Lapa: Motoristas na BA-160 enfrentam risco constante por animais soltos entre a sede municipal e Quilombo Rio das Rãs

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com



A Rodovia BA-160, no trecho que liga a sede de Bom Jesus da Lapa ao Quilombo Rio das Rãs, tem sido palco de frequentes acidentes e momentos de tensão para os motoristas que percorrem essa rota. A principal preocupação dos usuários da Rodovia é a presença constante de animais soltos na pista, o que aumenta significativamente o risco de colisões e acidentes graves.

De acordo com relatos e vídeos postados nas redes sociais por motoristas que utilizam a Rodovia diariamente, muitos animais, gado e cavalos, costumam cruzar ou permanecer na pista sem qualquer aviso ou controle por parte dos responsáveis. Um ponto crítico é nas proximidades da Comunidade Batalha, no Assentamento da Reforma Agrária, principalmente à noite e nas primeiras horas da manhã.

Essa situação ocorre não apenas pela negligência e irresponsabilidade dos proprietários, mas também pela ausência de fiscalização eficiente e pela falta de exigência de cercas ou barreiras nas propriedades situadas às margens do trecho, que impediria o acesso dos animais às vias de tráfego.

Especialistas em segurança viária alertam que a presença de animais soltos nos acostamentos ou pista da Rodovia é uma ameaça séria à integridade física dos condutores, passageiros e até mesmo dos próprios animais. Além do risco de acidentes, há também preocupações ambientais e de bem-estar animal, considerando que muitos desses animais pertencem a comunidades rurais próximas à Rodovia.

Autoridades locais e estaduais vêm sendo pressionadas a adotar medidas para reduzir esse risco, incluindo a instalação de sinalização adequada, o reforço da fiscalização e a exigência da implementação de cercas de contenção nas propriedades ao longo do trecho mais crítico da BA-160. No entanto, há consenso de que ações isoladas não são suficientes – é necessária uma intervenção mais ampla e duradoura para assegurar a segurança de todos que transitam pela região.

Enquanto as autoridades não tomam uma solução definitiva, os usuários do trecho alertam para a necessidade de os motoristas redobram a atenção ao trafegar por esse trecho e adotarem medidas de prevenção, como reduzir a velocidade e manter uma atenção redobrada na pista.

A situação na BA-160 serve como um alerta sobre a necessidade de investimentos em infraestrutura e fiscalização em Rodovias na região, buscando sempre preservar vidas e promover um trânsito mais seguro para todos.

UM CONSULTÓRIO DE
ENDOCRINOLOGIA EM
BRUMADO
para chamar de seu!

NATHALE PRATES
ENDOCRINOLOGIA

Atendimento de
Segunda a Sexta

Confira nossos
horários

**HORÁRIOS DE
Atendimento**

Segundas-Feiras

MANHÃ

Terças-Feiras

MANHÃ

Quartas-Feiras

TARDE

Quintas-Feiras

MANHÃ E
TARDE

Sextas-Feiras

MANHÃ

Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA
Clínica ProfBeauty
(frente à Praça da Juventude)

Agendamento de consultas
Via WhatsApp
(71) 99209-7355

**PROTEJA SUAS CONQUISTAS,
CONTE COM A
REALIZA**

Assistências que atendem
suas necessidades **24 horas**
sete dias por semana.

Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

(71) 9 9957-6500

CRISE NA UNACON COLOCA EM RISCO O TRATAMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS EM 43 MUNICÍPIOS DA MACRORREGIÃO DE CAETITÉ



Implantada no Hospital Municipal Dr. Ricardo de Tadeua Ladeia, de Caetité, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde da Bahia, em agosto de 2019, a partir de convênio celebrado com a Prefeitura Municipal, pelo então prefeito Aldo Ricardo Cardoso Gondim, a Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), para atender pacientes oncológicos de quarenta e três municípios da macrorregião, que até fevereiro último vinha sendo administrada pela Fundação Terra Mãe, Organização Social de Saúde concessionária dos serviços, que já enfrentava sérios problemas financeiros, acarretando inclusive no atraso de pagamentos de salários a servidores e prestadores de serviços, além do desabastecimento de insumos, continua enfrentando dificuldades, mesmo depois que a Administração do prefeito Valtécio Aguiar Nevês (PDT) acionou a Justiça e articulou junto ao Governo do Estado a intervenção e reassumiu a gestão do Hospital Municipal Dr. Ricardo de Tadeu Ladeia e da Unacon, que posteriormente foi novamente terceirizada, passando a ser gerida pelo Instituto ProVida.

Págs. 21 e 22



WILSON PEDROSO
O QUE NOS DIZEM AS PESQUISAS SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2026
Pág. 06



LEONIDAS OLIVEIRA
PATRIMÔNIO NÃO É MUSEU: O GESTO DE FRANCISCO E A VIDA NAS OBRAS DA FÉ
Pág. 22



SABRINA CAMARGO
A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL MATERNA
Págs. 36



LUCELMO LACERDA
ABRIL AZUL: É TEMPO DE CONSCIENTIZAÇÃO
Pág. 39

Saúde Mental na Adolescência: Quando procurar ajuda e o papel dos pais

Pág. 40



MULHERES TRANS: VIVÊNCIAS, DESAFIOS E LUTAS POR REPRESENTATIVIDADE

Págs. 32 a 34